



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS | CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ESTER LYDIA HELLEN AZEVEDO

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:
produção de conhecimento e perspectivas profissionais

RECIFE
2025

ESTER LYDIA HELLEN AZEVEDO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Antonio Israel Carlos da Silva

RECIFE
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Azevedo , Ester Lydia Hellen .

A Inserção do Serviço Social na Educação Básica Pública: produção de conhecimento e perspectivas profissionais / Ester Lydia Hellen Azevedo . - Recife, 2025.

92 p: il., tab.

Orientador(a): Antonio Israel Carlos da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Educação Básica. 3. Produção de Conhecimento. I. Silva , Antonio Israel Carlos da . (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

ESTER LYDIA HELLEN AZEVEDO

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: Produção de conhecimento e perspectivas profissionais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 16/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr. **Antonio Israel Carlos da Silva** (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Prof. Dr^a. **Ana Cristina de Souza Vieira** (Examinadora Interno)
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

RECIFE
2025

A luta por uma escola de qualidade e a serviço da classe trabalhadora é, em última instância, um aspecto da luta mais ampla pela transformação das relações sociais de produção da existência, que têm como produto a desigualdade orgânica, o não-trabalho, o parasitismo e a exploração.

Frigotto, 2001

AGRADECIMENTOS

Na filosofia Ubuntu, de origem Africana, *eu sou porque nós somos*, assim, inicio meus agradecimentos a todos e todas aqueles(as) que construíram os caminhos, pedra por pedra, para que eu estivesse aqui.

Agradeço a Deus pela honra que é viver. Ao meu pai Fernando Azevedo e minha mãe Maria Jadelha, que como pedagogos sempre me mostraram que a educação é a base da transformação social e pessoal. Sem vocês nada disso seria possível. Obrigado por contribuírem com a educação pública brasileira.

Ao meu pai, Fernando Azevedo, o maior professor que tive a honra de ter, pois me ensinou as lições da vida, minhas sinceras gratidões. E a minha mãe, Maria Jadelha, obrigada por acreditar em mim até quando eu desacreditava, por estar comigo em todas as fases e por me trazer conforto nos dias difíceis. A minha irmã, Emily, obrigada por ser minha parceira e por me apoiar. Aos meus bebês e irmãos Fernando Filho e Teo Neto por me trazerem tantas alegrias e amor genuíno. A minha tia Neide (em memória) por ser uma mulher inspiradora e me ensinar a respeitar os meus limites quando não sabia respirar. Além destes, agradeço a outras pessoas da minha família por acreditarem na minha jornada, como minha Avó “Zau”, minhas tias(os) e primas(os) e aos meus amores de quatro patas Floquinho e Lumina por passarem noites acordados ao meu lado.

Ao senhor, Lucas Joaquim de Moura, agradeço por ser meu maior companheiro e parceiro acadêmico. A filosofia do ousar, dia após dia, foi uma das suas maiores contribuições, sem você a UFPE não teria sido incrível. As minhas companheiras que a UFPE proporcionou, Alexia Darlla, Vitoria Carolyne, Aline Marques, Mirtes Severina, Alice Vitória, Fernanda Cruz, Thamires Resende e Ana Luiza, obrigada por serem mulheres inspiradoras nessa trajetória acadêmica e pessoal. Aos meus eternos amigos do ensino médio, Renata e Túlio que reclamaram da minha ausência nesses últimos quatro anos, obrigada por estarem comigo e me apoiarem sempre.

Gratidão ao conjunto de professores e professoras do departamento de Serviço Social da UFPE por proporcionarem contribuições na minha formação e

muitas trocas enriquecedoras. Não menos importante, gratidão às minhas supervisoras de estágio no IFPE, Joelma Lima e Adiliane Batista, por tantas trocas pessoais e profissionais. Meus sinceros agradecimentos aos professores e professoras que me prepararam para acessar a universidade pública, em especial Myllena Matias, Cynthya Dias, Mayara Souza e Marcilio Cruz.

Ao meu orientador e professor Antônio Israel obrigada pela parceria nas monitorias e nas orientações, mas também pelos risos sinceros e trocas genuínas. Obrigada a todos(as) esses(as) que participaram ativamente desse ciclo, mas também a todos(as) que vivenciaram esses dias comigo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a inserção do Serviço Social na educação básica pública, a partir da análise das suas produções de conhecimento entre os anos de 2012-2023. Para tratar do tema supracitado é percorrida a trajetória sócio histórica da educação brasileira atrelada às protoformas e ao desenvolvimento do Serviço Social, a partir das contribuições da teoria social crítica marxista. Com a finalidade de pensar como tem sido estabelecida a inserção profissional na política de educação no contexto de avanços do neoliberalismo. De forma metodológica foi utilizada as pesquisas bibliográficas, a partir de autores como Almeida, Frigotto e Saviani entre outros; e documental como resoluções do CFESS, editais de concurso e leis.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação Básica e Produção de Conhecimento.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the insertion of Social Work in public basic education, based on the analysis of its knowledge production between the years 2012-2023. To address the aforementioned theme, the socio-historical trajectory of Brazilian education linked to the protoforms and development of Social Work is covered, based on the contributions of Marxist critical social theory. The purpose is to think about how the professional insertion in education policy has been established in the context of advances in neoliberalism. Methodologically, bibliographic research was used, based on authors such as Almeida, Frigotto and Saviani among others; and documentary research such as CFESS resolutions, competition notices and laws.

Keywords: Social Work, Basic Education, knowledge production.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1: Plano de estudos no período Jesuítico

Gráfico 1: Matrículas da educação básica (fundamental) em 2023

Gráfico 2: Matrículas da educação básica (ensino médio) em 2023

Gráfico 3: Orçamento Federal de 2020

Gráfico 4: Orçamento Federal de 2021

Gráfico 5: Orçamento Federal de 2024

Tabela 1 : Trabalhos Publicados pelo CFESS

Tabela 2: Trabalhos Publicados pelo CBAS em 2013

Tabela 3: Trabalhos Publicados pelo CBAS em 2016

Tabela 4: Trabalhos Publicados pelo ENPESS em 2012

Tabela 5: Trabalhos Publicados pelo ENPESS em 2014

Tabela 6: Trabalhos Publicados pelo ENPESS em 2016

Tabela 7: Trabalhos Publicados pelo GEPESS em 2017

Tabela 8: Legislações para atuação do Serviço Social na Educação básica

Tabela 9: Seleções e Concursos para o Serviço Social na Educação básica

Tabela 10: Quantidade de Assistentes Sociais em Recife

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A LUTA PELA EDUCAÇÃO É HISTÓRICA: Política Educacional no Brasil e a Questão Social na Escola	18
1.1 Fundamentos do Trabalho e Concepção de Educação	18
1.2 Educação e Serviço Social: Determinações sócio-históricas anteriores a Constituição Federal de 1988	30
1.3 Estrutura da educação Básica e as expressões da Questão Social na escola .	39
2. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: essa luta tem história!	48
2.1 Política de Educação a partir da Constituição de 1988.....	48
2.2 Inserção do Serviço Social na Educação Básica	58
2.2.1 Breves apontamentos sobre a inserção do Serviço Social em Pernambuco....	63
3. PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DA INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA.....	67
3.1 Principais produções de conhecimento sobre a inserção do Serviço Social na educação básica.....	67
3.1.1 Produção de Conhecimento das entidades representativas.....	73
3.1.2 Produção de Conhecimento publicada pelo GEPESSSE	78
3.1.3 Reflexões acerca das legislações e dos concursos que inserem assistentes sociais na educação básica	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso propõe-se em estudar e discutir a Produção de conhecimento do Serviço Social sobre sua inserção na Política de Educação básica e pública brasileira, visando compreender como se estabelece essa relação ao longo da história, iniciada a partir da década de 1930, mas que só tem reconhecimento a partir dos anos 2000, em consonância com o amadurecimento teórico-metodológico obtido pelo Serviço Social no seu Projeto Ético-Político. De acordo com Silveira (2017) as mudanças na Política de Educação após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e os avanços apresentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 fez com que as entidades representativas do Serviço Social iniciassem a pensar acerca dessa discussão. Dessa forma, os debates internos da categoria profissional, a partir dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS, iniciados em 2001 e essa mudança na educação nacional foram essenciais para construção do primeiro Grupo de Estudos (GT) sobre o Serviço Social na Educação.

O interesse de estudo pela temática Serviço Social e Educação surge durante a trajetória acadêmica no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, a partir do estágio curricular supervisionado obrigatório no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *Campus Recife*. Durante o estágio foi construído um plano de intervenção, que tinha como objetivo *Democratizar o Conhecimento acerca da Política de Assistência Estudantil*. Após os resultados da intervenção ficou evidente a importância da dimensão pedagógica do/a assistente social no desempenho de atividades educativas enquanto formadoras da cultura, de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade (Abreu e Cardoso, 2009), em outras palavras, devolver à sociedade os conhecimentos construídos na universidade de forma que contribua para a construção do pensamento crítico. No estágio pode-se refletir sobre os processos de trabalho na política educacional e seus desafios contemporâneos expostos nesse trabalho.

A partir desse processo acadêmico e pessoal, dos desafios da realidade educacional contemporânea e sobretudo a partir das dificuldades relatadas por assistentes sociais no cotidiano de trabalho educacional, a questão de pesquisa é

elaborada visando construir elementos para refletir acerca de *Como tem se dado a inserção do Serviço Social brasileiro na educação básica pública?*

Neste debate, destaca-se a lei 13.935/19 como uma conquista social e profissional, pois de acordo com a Cartilha publicada pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFESS) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP):

A integração de assistentes sociais e psicólogos nas equipes escolares é mais necessária que nunca, não apenas por conta do processo de ensino-aprendizagem e das dificuldades etárias de assimilação de conteúdos mediante ensino on-line em si, mas, também, pelas implicações nos vários segmentos das redes de ensino básico, nas famílias, nos mercados de trabalho, nas relações sociais. (CFP, 2022, p.12)

Sabe-se que o direito à educação no Brasil foi, historicamente, marcado por desigualdades, a princípio de acesso e posteriormente de permanência para uma determinada parcela da população, isto é, a classe trabalhadora, que necessitou se organizar e reivindicar o reconhecimento deste direito ao Estado brasileiro. As organizações populares e os movimentos sociais ocorreram com maior força política no processo de redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1980, pós-ditadura empresarial-militar 1964-1985. Nesse contexto, o Serviço Social passa pela sua “virada”, marcada pelo rompimento com o conservadorismo profissional e pela defesa em prol da classe trabalhadora na qual pertence e atua profissionalmente.

Esse trabalho estrutura-se a partir de três momentos no qual alguns são divididos em subtópicos e no final tem-se as considerações finais. No primeiro capítulo são expressos os fundamentos do trabalho e as concepções de educação, pois a partir da concepção crítica marxista que fundamenta este TCC, só é possível pensar a educação a partir de sua relação com o trabalho - enquanto categoria fundante do ser social. É apresentada a história da luta pela educação pública e do Serviço Social, como sendo transformações que ocorrem simultaneamente. Pois, ao longo da história, a educação brasileira passa por transformações importantes. A partir da Era Vargas, deu-se a criação do Ministério da Educação e Saúde e do Conselho Nacional de Educação, a partir da Constituição Federal de 1934, estabelece-se os deveres do Estado para com a Educação. Ainda na década de 30, tem-se também o surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil e a presença de assistentes sociais em algumas políticas públicas, como a de educação. Portanto, nota-se como a trajetória educacional ocorre simultaneamente

com o desenvolvimento do Serviço Social. Esse capítulo finaliza com a função social da escola, a estrutura da educação básica e as expressões da questão social, que são o objeto de estudo e intervenção de assistentes sociais nas políticas sociais, com foco na educação.

O capítulo dois demarca as transformações da educação e do Serviço Social no pós Constituição Federal de 1988, considerada como Cidadã, é um marco da conquista dos direitos sociais para a população brasileira. Foi construída após o fim do período da Ditadura Empresarial-Militar, em reivindicações populares pela redemocratização do país. Assim, é estabelecido no artigo 205 a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, 1988).

O debate continua ao evidenciar como se constroi a inserção de assistentes sociais na educação básica. Pois nota-se que apesar da presença dos/as assistentes sociais na Educação ser antiga, até hoje esses/as profissionais lidam com desafios que põem em questão a importância da sua atuação nessa política pública, mesmo que desde os anos 2000 se tenham iniciado no interior da profissão um intenso debate sobre a necessidade de aprofundar nos estudos acerca da inserção do Serviço Social na Educação, principalmente, por meio dos GTs coordenado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Como resultado desses debates tem-se o documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação”, de 2011, e a sua atualização, passou a ser “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” de 2012, elaborado por assistentes sociais de diversos estados com a assessoria do professor doutor Ney Almeida.

O capítulo três tem como objetivo discutir as produções de conhecimento dessa inserção, a partir de produções das entidades representativas mas também de grupos de estudo presentes em algumas universidades brasileiras, dando destaque ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área de educação (GEPESS) que é interinstitucional com vínculos entre a Universidade Estadual do Rio De Janeiro e a Universidade Estadual Paulista. A partir disso, nota-se que houve crescimento de produções acadêmicas como teses e dissertações sobre o tema. De acordo com um artigo produzido por Ferriz et al.

(2022) foram produzidos no ano de 2021 cerca de 381 trabalhos com a temática Serviço Social e Educação, sendo no Nordeste um número de 49 e em sua maioria esses estudos são acerca da Educação Superior e Básica.

Esses documentos e as produções acadêmicas representam importantes avanços de orientação para a particularidade da sua atuação profissional, além de possibilitarem um olhar histórico sobre a inserção da categoria nesta política pública. Os documentos também trazem orientações acerca das atribuições e competências do profissional nesta política, ao fazer a defesa de uma educação pública, laica, universal e de qualidade, em coerência com o seu Projeto Ético-Político.

As considerações finais mostram acerca dos desafios dessa inserção, pois a Lei 13.935 de 2019 que dispõe sobre “a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”, representa uma importante conquista social e profissional. Após tramitar por quase vinte anos foi aprovada para ser garantida legalmente. Atualmente, a lei enfrenta alguns obstáculos que serão discutidos nesta pesquisa, reconhecendo que carece de mais estudos por parte da categoria profissional. Alguns desses obstáculos, dizem respeito a dificuldades no que tange a sua efetividade nos níveis municipais e estaduais, além da lacuna de reconhecimento por parte de outros profissionais considerados já pertencentes à educação. Além disso, a questão orçamentária também é decisiva, pois a inserção de novos profissionais requer recursos orçamentários e condições de trabalho conforme estabelecidas pelo Código de Ética do/a Assistente Social.

A relevância da temática justifica-se a partir da construção sócio-histórica brasileira e das suas particularidades expressas na questão social¹, como as desigualdades, a pobreza, o racismo estrutural e as relações patriarcais. Apesar da garantia constitucional (1988) quanto aos direitos sociais, sabe-se que a onda neoliberal trouxe retrocessos sociais para o conjunto da classe trabalhadora, pois os cortes no orçamento das políticas sociais e a proliferação de discursos conservadores são marcadores desse período econômico, político e ideológico. No Brasil, o neoliberalismo e o neoconservadorismo têm impactado significativamente

¹ O debate acerca da Questão Social será discutido posteriormente, mas compreende-se a “ Questão Social, enquanto síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais, acumuladas e manifestas nas mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social, não é fenômeno novo no Brasil.” (Arcoverde, 2007, p. 109).

todas as políticas sociais, entre elas, a educação que vem sendo cada vez mais sucateada. Em 2023 o Ministério da Educação bloqueou o pagamento de R\$332 milhões que seriam destinados para o ensino básico e superior, alegando que se tinha ultrapassado o teto de gasto anual (Poder360, 2023)².

O objetivo geral é identificar e refletir as dinâmicas e os desafios da inserção de assistentes sociais na política de educação básica e pública brasileira. E os objetivos específicos buscam: 1) Refletir sobre a trajetória da educação básica pública no Brasil e sua relação com a questão social a partir dos fundamentos do trabalho e da defesa da concepção crítica de educação; 2) Refletir sobre os principais desafios enfrentados pela inserção do Serviço Social na educação e 3) Apresentar os principais avanços teórico-metodológicos do Serviço Social no que tange ao debate sobre a sua inserção na Educação e a conquista da lei 13.935/2019.

No que se refere ao processo metodológico, a compreensão da mediação entre a realidade social e a produção de conhecimento que vem sendo exposta nesta pesquisa, toma por base o materialismo histórico-dialético, da teoria social crítica marxista, partindo-se do pressuposto desse método ser o que melhor explica a totalidade social de forma crítica.

O materialismo histórico-dialético criado por Karl Marx e Friedrich Engels é um enfoque teórico, metodológico que busca compreender a realidade do mundo a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas. É importante colocar que o termo "materialismo" diz respeito à condição material da existência humana, e o termo "histórico" revela a compreensão de que a existência do ser humano é condicionada historicamente, e o termo dialético, é o movimento da contradição produzida na própria história. Karl Marx foi um crítico ferrenho do sistema capitalista de sua época, e foi em Paris que conheceu seu companheiro Engels, onde vivenciou a realidade dos trabalhadores da grande indústria do século XIX (Marx, 2002 apud Leite et al, 2019, p.4-5)

A escolha do método dialético é um posicionamento sobretudo político e acadêmico, baseado na compreensão de que ele busca analisar a sociabilidade no modo de produção capitalista, no qual as relações de trabalho *versus* capital são elementos fundamentais para a apreensão da realidade, construída e legitimada na exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Karl Marx e Engels fazem

² In: MEC faz corte de R\$332 milhões em educação básica e superior. Poder360, 2023. Acesso em: <https://www.poder360.com.br/educacao/mec-faz-corte-de-r-332-milhoes-em-educacao-basica-e-superior/>

uma crítica à economia política clássica na qual se naturalizam as relações desiguais e culpabilizam os indivíduos pelas mazelas estruturais produzidas pelo Modo de produção Capitalista.

No estudo acerca da trajetória da Política de Educação no Brasil fica evidente a construção sócio-histórica de decisões políticas-econômicas que determinam o tipo de educação a ser destinada para a população pobre e rica. Essa dualidade estrutural³ permanece presente no cenário educacional atual mesmo com os avanços legislativos. No Serviço Social desde a mudança do seu projeto ético político nos anos 1980-90, a teoria social crítica é hegemônica porque explica a realidade social com base na sua historicidade e totalidade, visando a sua compreensão de forma crítica, desse modo, a escolha do método é um compromisso ético-político em defesa da classe trabalhadora e na luta por uma nova ordem societária menos desigual.

Será utilizada a pesquisa qualitativa que segundo a pesquisadora e socióloga Dra. Maria Cecília de Souza Minayo (2007) nas Ciências Sociais nem tudo pode ser apenas quantificado, pois se trata de relações humanas, logo, esse tipo de pesquisa nos permite trabalhar com os universos dos significados, motivos, aspirações, valores e crenças. Além disso, de acordo com o professor Dr. Antonio Carlos Gil (2017, p.41), a pesquisa qualitativa é interpretativa mediante descrições verbais, além de reconhecer que “o mundo e a sociedade devem ser entendidos segundo a perspectiva daqueles que o vivenciam, o que implica considerar que o objeto de pesquisa é compreendido como sendo construído socialmente”.

Portanto, essa abordagem serve como apoio pois faz a mediação com a apresentação dos significados das ações e relações humanas na sociedade, e com isso influencia na realidade explicitada na Produção do Conhecimento da inserção do Serviço Social na educação básica pública.

As fontes de pesquisa usadas são as documentais e bibliográficas, e ambas têm sua importância para fundamentar essa pesquisa. Segundo Gil (2017), a única diferença entre ambas é a natureza dos dados, assim, a documental utiliza documentos públicos de forma “crua” como legislações, dados, documentos de determinadas instituições etc. Enquanto que a bibliografia é a partir de materiais

³ Esse conceito é desenvolvido pelo Dr. Gaudêncio Frigotto que discute os fundamentos da educação e será discutido posteriormente.

escritos por autores(as) para um público específico, e eles contêm alguma opinião ou posicionamento, como: teses, dissertações, livros, artigos etc.

A partir desses pressupostos, os documentos utilizados são publicados por instituições/órgãos públicos e/ou privados. A busca pela bibliografia foi a partir das palavras chaves: Inserção do Serviço Social na Educação, Educação Básica Pública e Produção de Conhecimento do Serviço Social na Educação Básica Pública; publicadas em sites públicos como o google acadêmico, repositório digital da UFPE, sites de prefeituras e estados, site do senado federal, site do IBGE e do Inep. Os(as) principais autores(as) que oferecerem subsídios para essa pesquisa foram: Marx (2017), Gramsci (2011), Almeida (2003, 2012 e 2017), Bolorino (2017) Saviani (2007), Frigotto (2001), Netto (2009, 2012 e 2017), Iamamoto (2001, 2019 e 2020), Melo (2012), Silveira (2017), CFESS (2011, 2012, 2023) entre outros(as).

Serão utilizadas tabelas realizadas pelo caderno 4 do Diálogos do Cotidiano com tema sobre “Reflexões sobre o trabalho profissional” publicado pelo CFESS em 2023, com foco nas principais publicações acadêmicas divulgadas neste caderno. Além disso, a tese da Dra. Silvia Regina Silveira no ano de 2017 que analisa as publicações acadêmicas nos Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (ANASS) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) sobre a produção de conhecimento do Serviço Social na Educação nos anos de 2008 a 2016. Essa seleção de publicações tiveram como critérios a leitura prévia dos títulos, resumos e das referências dessas produções. Além de ser estabelecido nesta pesquisa o marco temporal entre os anos de 2012 a 2023, tendo em vista que a partir de 2012 a organização política do Serviço Social na Educação ganha destaque com a publicação do livro já mencionado e com legislações sendo discutidas nas esferas políticas, se tem avanços neste debate e em 2019 é promulgada a lei 13.935/2019.

Essa pesquisa trata-se da monografia enquanto uma exigência acadêmica para a formação no curso de Serviço Social na UFPE, mas para além disso, do ponto de vista profissional faz parte da dimensão investigativa do/a assistente social buscar elementos que nos aproxime da nossa realidade concreta de intervenção. Assim, segundo Leite et al (2019)

o pesquisador na investigação do objeto busca responder a algo socialmente construído através do desvelamento do real, e para isso, faz-se necessário estabelecer as máximas relações possíveis que caracterizam a realidade observada, estabelecendo conexões entre os determinantes da

problemática verificada, neste caso, o fenômeno investigado passa a ser visto a partir de uma perspectiva de totalidade. (pág.6)

Dessa forma, essa pesquisa a partir da teoria social crítica é um mecanismo de desvelar a realidade social, no qual o marxismo chama de aproximações sucessivas a realidade, porém, além da sua dimensão puramente científica ela precisa responder as questões sociais e trazer retornos à sociedade, principalmente a classe trabalhadora, visto que ao longo da história a ciência favoreceu a classe dominante.

Por fim, os desafios postos demonstram como as políticas sociais, com foco na Educação, continuam sendo atacadas pelos governos neoliberais e vem passando por mudanças que colocam em risco conquistas históricas, em detrimento de Projetos legitimadores da ordem social neoliberal como o da Escola sem Partido, a Militarização, *homeschool* e a reforma do ensino médio, além dos agravos advindos do período pandêmico, no qual a presença de assistentes sociais junto a equipe multiprofissional é fundamental para esses enfrentamentos.

1. A LUTA PELA EDUCAÇÃO É HISTÓRICA: Política Educacional no Brasil e a Questão Social na Escola

Este capítulo tem como finalidade expor as determinações sócio-históricas responsáveis pelo desenvolvimento da política de educação no Brasil, também discorreremos sobre a trajetória do Serviço Social em busca de compreender sua relação com o desenvolvimento das políticas educacionais. Assim, para discorrer acerca dessas finalidades, o capítulo estrutura-se em três momentos.

Inicialmente faz-se uma discussão sobre os fundamentos do trabalho e as concepções de educação tendo em vista duas razões. A primeira é para compreendermos a relação orgânica entre trabalho e educação na concepção marxista. E a segunda para apresentar quais as principais concepções educacionais na contemporaneidade, especialmente num contexto de avanço do conservadorismo e, dentro disso, entender como o Serviço Social, enquanto categoria profissional, se coloca mediante essas disputas de concepções.

Posteriormente, percorre-se pela trajetória educacional desde o Brasil Colonial e a educação jesuíta, ao Brasil Imperial e Republicano, especialmente a partir da “Era Vargas”, quando a educação se tornou propriamente uma política pública estruturada. Posteriormente, discute-se como esta política se reconfigurou a partir da Ditadura Empresarial-Militar de 1964.

Após essa breve contextualização histórica é posto em debate como se estrutura a política educacional no país, refletindo acerca das suas principais demandas. Por fim, é discutido de que maneira as expressões da Questão Social se apresentam no cotidiano escolar e como isto põe em cheque a necessidade de uma equipe multidisciplinar e o papel do Serviço Social para garantir a efetivação do direito à educação de maneira que atenda as necessidades não só educacionais, mas sociais dos(as) estudantes da rede de Educação Básica pública brasileira.

1.1 Fundamentos do Trabalho e Concepção de Educação

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx (2017) inicia afirmando que a história de todas as sociedades existentes é a história das lutas de classe, assim, a descoberta da sociedade a partir da divisão das classes antagônicas compõe uma

das maiores contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels⁴. A definição do Estado, a partir de sua concepção histórica e dialética, representa uma crítica às teorias desenvolvidas pela economia política clássica⁵, responsáveis por naturalizar as desigualdades estruturais, ocasionadas pelas divisões de classes e pelas decisões econômicas e políticas.

Netto e Braz (2012) pontuam que a economia política é responsável por estudar as leis sociais que regulam a produção e a distribuição das riquezas sociais produzidas pelas sociedades. Assim, são nessas relações próprias as atividades econômicas que Marx estabelece o trabalho enquanto categoria fundante da crítica à economia política, mas também da própria construção do ser social.

Marx, ao vivenciar num momento histórico do Estado Capitalista repressor que marginaliza e persegue as formas de organizações populares, define o Estado como “comitê executivo da burguesia” cujo dever é intervir para garantir as condições mínimas de sobrevivência da classe trabalhadora, de modo que conserve a divisão de classes e controle essa massa de trabalhadores, estejam eles(as) ocupados ou excedentes (exército industrial de reserva). Nesse antagonismo entre diferentes interesses de classes, o Estado prioriza os interesses da classe dominante, a fim de assegurar a reprodução do sistema social vigente. Acerca da classe trabalhadora, ele destaca

À medida que a burguesia, isto é, o capital, se desenvolve, também se desenvolve o proletariado, a moderna classe dos trabalhadores, a classe que só subsiste na medida em que encontra trabalho, e só encontra trabalho na medida em que seu trabalho aumenta o capital. Estes trabalhadores, que são obrigados a se venderem um a um, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio. (Marx, 2017, p.23)

Assim, no modo de produção capitalista a relação capital-trabalho é fundamental, sustentada pelo antagonismo das classes burguesa - proprietária dos meios de produção - e proletária - que vende sua força de trabalho para burguesia -

⁴ O livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884) de Friedrich Engels é uma das obras marxistas mais importantes para compreender a história do desenvolvimento da humanidade, principalmente, a partir da divisão de classes, da propriedade privada e dos papéis socialmente definidos para homens e mulheres.

⁵ Os clássicos da economia política não desejavam construir simplesmente uma disciplina científica mas almejam compreender o funcionamento da sociedade no período feudal e o desenvolvimento do capitalismo, assim, erguiam uma teoria social que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social. Assim, “a economia clássica expressou o ideário da burguesia no período em que esta classe estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o antigo regime”. (Netto e Braz, 2012, p.30). Mas posteriormente, nota-se que essa burguesia revolucionária, torna-se em classe conservadora, pois não reconhece a natureza desigual do Estado Capitalista nascente. Marx ao longo de suas obras faz uma crítica a essa economia política clássica.

através da exploração da mais-valia (trabalho excedente não pago) dessa força de trabalho.

Sob a ótica de Antonio Gramsci⁶, um dos mais importantes teóricos da corrente marxista, ao vivenciar num período de guerras e instabilidades de governos em todo o mundo, especialmente, na Europa, a concepção de Estado se complexifica, tendo em vista, o próprio movimento histórico. De acordo com Carlos Nelson Coutinho em *O leitor de Gramsci*;

Ele pôde assistir a uma intensa socialização da política, resultante da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação efetiva de poderosos sindicatos operários. Até mesmo a direita, para triunfar politicamente, tem agora de se apoiar em movimentos políticos de massa, como é o caso do fascismo e do nazismo. Neste contexto, a luta política já não se trava apenas entre uma burguesia entrincheirada no Estado e as vanguardas ativas mas restritas da classe operária. Todo um tecido complexo de organizações sociais e políticas, envolvendo também as camadas médias e a própria burguesia, espalha-se agora pelo conjunto da sociedade capitalista. (Coutinho, 2011, p. 24).

Para Gramsci o Estado Integral⁷ e a sociedade civil⁸ (sendo esse conjunto de participações e organizações na vida política) são indissociáveis, além de ser na sociedade civil o principal espaço das lutas de classe, assim, é nesse espaço onde ocorrem as disputas pela hegemonia. Neste sentido, o que extrai-se dos dois teóricos é o Estado enquanto espaço contraditório e de constantes lutas de classe pela direção societária.

Neste sentido, a partir da efervescência das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de existência as Políticas Sociais surgem como uma resposta estatal perante essas reivindicações. Entretanto, concomitantemente, serve para camuflar as sequelas causadas pelo modo de produção capitalista, isto é, às expressões da Questão Social que tornam-se os alvos das políticas sociais. José Paulo Netto (2009), destaca como o avanço das fases capitalistas (concorrencial e

⁶ **Antonio Gramsci**, teórico e ativista político marxista, nasceu em 1891 na Itália. Estudou na Universidade de Turim e em 1913 se filiou ao Partido Socialista Italiano. Em 1921, participou da fundação do Partido Comunista da Itália. Foi preso em novembro de 1926 e em seguida condenado pelo Tribunal de exceção do regime fascista. Permaneceu preso até Abril de 1937 e morreu poucos dias depois de ser colocado em liberdade vigiada. Enquanto preso, redigiu vasta quantidade de anotações em 33 cadernos, que vieram a conformar uma obra extraordinária de filosofia e interpretação em interlocução crítica com os mais diferentes autores. (Boitempo, 2021)

⁷ Chamado de Estado Integral ou Estado Ampliado, a “ampliação” do Estado não é contrária aos princípios de Marx, mas refere-se ao próprio desenvolvimento e novos mecanismos do Estado, de forma dialética e histórica. (Coutinho, 2011)

⁸ Sociedade Civil “designa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, parlamentos, igrejas, partidos políticos, organizações profissionais, sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc.” (Coutinho, 2011, p.25).

monopolista) realizam-se paralelamente com o crescimento organizativo dos(as) trabalhadores(as), assim, como a natureza desse sistema gera desigualdades estruturais as políticas sociais servem como uma forma “paliativa” de amenizar essas expressões.

Referente às concepções de educação, o trabalho orienta-se a partir da construção de diferentes autores(as), tais como Antonio Gramsci em nível internacional. Gaudêncio Frigotto⁹ e Dermeval Saviani¹⁰ que discutem a educação a partir de suas formações na Pedagogia. Além das produções publicadas pelo Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) e de pesquisadores que se destacam na categoria profissional, tais como Ney Teixeira¹¹ e Eliana Bolorino¹². Esses(as) autores(as) discutem acerca das concepções de educação partindo da defesa da corrente crítica de vertente marxista.

Neste sentido, pode-se definir que as perspectivas educacionais podem ser conservadoras ou críticas. A conservadora se alinha às diretrizes estruturais do modo de produção capitalista e reproduz suas ideologias, especialmente, no contexto contemporâneo do apogeu neoliberal, sustentando-se na defesa de uma educação diferente para as distintas classes. Mas, opondo-se a isto, na crítica, tem-se a defesa de uma educação alinhada com correntes críticas contrárias que propõem uma nova ordem societária, uma educação universal e igualitária.

Partindo de uma defesa alinhada a corrente crítica a categoria *trabalho* é essencial para apreender como se configura as relações sociais e materiais na

⁹ **Gaudêncio Frigotto** possui graduação em Filosofia pela hoje UNIJUI (1971), e em Pedagogia pela UNIJUI (1973), mestrado em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (1977) e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade - pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983). Atualmente é professor associado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor aposentado. (Lattes, 2025)

¹⁰ **Dermeval Saviani** possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1966) e doutorado em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971). Atualmente é professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas e pesquisa e desenvolvimento, ensino da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia e História da Educação. (Lattes, 2025).

¹¹ **Ney Almeida** é Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. É vice-líder do "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação - GEPESSSE. (Lattes, 2024).

¹² **Eliana Bolorino** é Docente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP e assistente social. Líder do GEPESSSE. Sua linha de estudos e pesquisas compreende a área de Serviço social, com ênfase em Serviço social na Educação. (Lattes, 2022).

sociabilidade, portanto, esta pesquisa relaciona o trabalho e a educação como sendo atividades humanas correlatas.

Dentro da corrente marxista o legado de Antonio Gramsci é imprescindível, suas contribuições enquanto jornalista e teórico, além de representante sindical e político dos trabalhadores, possibilitou o seu interesse pelo mundo da cultura e posteriormente pela educação italiana. No que se refere à educação, os *Cadernos do Cárcere*¹³ analisados na obra *O Leitor de Gramsci*, produzido por Coutinho (2011), demonstram o interesse de Gramsci pela transformação educacional, a partir da Escola unitária/humanista. Nesses estudos, Gramsci destaca o papel social e político dos intelectuais tradicionais e dos intelectuais orgânicos, sendo estes os “detentores” dos conhecimentos e os responsáveis por estabelecer os consensos necessários para manter a ideologia dominante ou para promover uma nova hegemonia cultural. Para ele é necessário existir a relação entre esses intelectuais e o povo, porque quando não existe, torna-se uma relação meramente burocrática e formal, na qual não existe uma representação orgânica.

Acerca da definição dos intelectuais e de sua formação, ele destaca dois elementos, o primeiro sendo

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, mas não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (Coutinho, 2011, p. 203)

E como segundo elemento destaca

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (Coutinho, 2011, p. 204)

Assim, esses intelectuais são responsáveis por “mostrar” ao conjunto dos(as) trabalhadores as direções ideológicas a seguirem, além de definir quais as suas funções nos processos de produção. Desse modo, a formação destes intelectuais tem relação direta com as transformações conjunturais econômicas, sociais e

¹³ “Os ‘Cadernos’ começaram a ser escritos em 8 de fevereiro de 1929, dois anos depois da prisão, por causa da proibição fascista. Autorizado a escrever no cárcere, a produção se estendeu até meados de 1935, com trabalho intermitente, às vezes paralisado por problemas de saúde. Foram 33 cadernos brochura de capa dura preenchidos por Gramsci, os quais a diretoria da prisão permitiu a ele receber de familiares e amigos, juntamente com alguns livros. Ao todo, os cadernos ocupam cerca de 2500 páginas impressas.” (Martins, 2019, p.4)

políticas e, respectivamente, o seu estágio nas atividades produtivas desempenhadas.

Apesar desses intelectuais acreditarem serem os únicos detentores da capacidade de refletir acerca de seu trabalho. Em qualquer trabalho, ainda que manual, faz-se necessário, mesmo que minimamente, o trabalho intelectual. Pois isso é uma característica fundante do ser social, ainda que no capitalismo cada vez mais a alienação¹⁴ nos processos produtivos estejam presentes. Assim, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Coutinho, 2011, p. 206). A escola se torna esse espaço para a formação dos “especialistas” que iram ocupar esses espaços “intelectuais” de liderança e de consensos, além de um lugar destinado - no caso da classe trabalhadora - a ensinar as técnicas, consideradas menos intelectuais e mais manuais.

Segundo Gramsci, para a sociedade política (Estado ampliado) e a sociedade civil se manterem estável, o Estado é responsável por produzir dois elementos: a força coercitiva e os consensos. A força coercitiva se refere às instituições historicamente responsáveis por estabelecer o a força, geralmente, sendo utilizadas por governos autoritários e antidemocráticos, como as forças armadas. Já os consensos são construídos a partir de instituições capazes de reproduzir as ideologias e é neste conceito que entra o papel das escolas. Desse modo, a escola é esse espaço social de consensos e dentro da dinâmica contraditória, se coloca como um espaço de disputas por esta hegemonia.

No que tange a esta relação, na obra *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos* (2007), Dermeval Saviani descreve brevemente como se construiu a relação histórica-ontológica entre trabalho-educação, desde a sua origem - nas sociedades chamadas de “comunismo primitivo”¹⁵ - até as

¹⁴ O trabalho alienado seria a capacidade de tornar o(a) trabalhador(ar) alheio à atividade a que se submete. Em outras palavras, o trabalho não pertence ao trabalhador, pois ele não se desenvolve física e espiritualmente, mas pertencem a quem vende a sua força de trabalho. O trabalho, portanto, não é voluntário, mas obrigado, pois não lhe restam alternativas além de se transformar em mercadoria para conseguir sobreviver, já que foi expropriado dos meios de produção. A alienação do homem tem como base o trabalho alienado porque, segundo Marx, “o que é a vida senão a atividade?”. Dessa forma, essa seria a origem do desenvolvimento humano e ao mesmo tempo em que o trabalho é estranho ao homem por assim dizer também o homem estranha a si mesmo. (Marx, 2004)

¹⁵As sociedades de comunismo primitivo definem-se como as primeiras formas de organização social, na qual as terras eram coletivas, não existia a divisão social e técnica do trabalho, nem a divisão de classes e gêneros. O trabalho era realizado por todos e todas e usufruído por estes.

transformações dos modos de produção - escravista, feudal e capitalista. Nas palavras do autor, orientado pela perspectiva materialista histórica, o trabalho e a educação são atividades especificamente humana, sendo o primeiro - o trabalho - a categoria fundante e responsável pelo desenvolvimento dos homens e das mulheres, pois

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (Saviani, 2007, p. 154)

Saviani descreve como os homens e as mulheres são os próprios responsáveis pela construção de si, sendo o único animal capaz de produzir as condições materiais e espirituais da sua própria existência. O trabalho nada mais é do que a transformação da natureza para atender as necessidades humanas, a partir disso são criados os primeiros objetos permitindo-lhes criar estratégias facilitadoras, nisto consiste o ato de aprender e ensinar - processo educativo -, sendo passado esses conhecimentos coletivos entre as gerações. Nota-se como esse mesmo ser social realiza o trabalho por meio da teleologia, sendo a capacidade de idealizar e materializar as ações visando uma finalidade. Ainda acerca dessa relação entre educação e trabalho

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie. (Saviani, 2007, p. 154)

O autor, ao discutir sobre como essa relação se constroi e se separa ao longo do processo histórico, define três momentos de transformações estruturais econômica-histórica no que se refere às formas de organização social e da própria educação, que se materializa de forma dual desde a sua gênese. Com o fim do comunismo primitivo o desenvolvimento do trabalho modifica-se pois as terras

coletivas passam a ser privadas¹⁶ e consequentemente a sociedade divide-se entre os donos e os não-donos das propriedades.

Assim, na antiguidade, sociedade baseada na relação entre aristocracia e escravizados, a escola é lugar dos que detinham tempo, diga-se de passagem, os filhos da classe dominante. Essas escolas se estruturam entre uma educação voltada para os homens não-livres e outro tipo para os livres - filhos da classe proprietária. A primeira, sustentada pelo trabalho manual onde ensinava-se as técnicas de trabalho e a segunda uma educação para o trabalho intelectual na qual se tinha o ensino das artes e de exercícios militares. É nesse contexto que ocorre a separação entre escola e trabalho.

Estamos, a partir desse momento, diante do processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho. Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. (Saviani, 2007, p. 155)

Com a passagem para a Idade Média, esse formato escolar é marcado pela forte presença da Igreja Católica¹⁷ e após a crise desse modelo feudal, o capitalismo nasce ocasionando uma mudança estrutural política, econômica e social, nesse momento as formas de produção mudam e o objeto de trabalho antes usufruído no comunismo primitivo como coletivo e no feudalismo para o auto sustento, no capitalismo se torna objeto alheio, no qual não pertence mais ao trabalhador, mas ao proprietário dos meios de produção que compra a única forma de sobrevivência da classe dominada: a força de trabalho vivo.

A Revolução Industrial (1760 a 1840) complexifica essa separação entre o trabalho manual individual, para o trabalho coletivo de operação dos grandes maquinários. Esta mudança na forma de produção altera o sistema educacional e complexifica com maior efervescência a sua característica dual.

¹⁶ “o controle privado da terra onde os homens vivem coletivamente tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio; do trabalho dos não-proprietários que passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor” (Saviani, 2007, p.155)

¹⁷ No próximo tópico é posto em discussão como a presença católica influencia na educação Brasileira.

Acerca do dualismo estrutural educacional¹⁸, o livro *a produtividade da escola improdutiva*, publicada sua 1ª versão em 1984, de Gaudêncio Frigotto propõe-se a pensar sobre as relações entre a educação e a estrutura econômica capitalista. Sua obra explicita como a teoria do “capital humano” vem sendo utilizada para justificar a educação enquanto responsável pelo desenvolvimento econômico. Segundo suas pesquisas, essa concepção (do capital humano) foi desenvolvida no final da década de 1950 por economistas neoclássicos e positivistas, representantes da visão burguesa das práticas educativas, cujo objetivo é investir numa educação voltada para a profissionalização que conseqüentemente geraria mais lucro para a produção econômica.¹⁹ Essa mesma visão defende que as condições desiguais dos países subdesenvolvidos são em detrimento da sua pouca qualificação, noção essa que mascara a natureza de exploração capitalista nesses países de economias periféricas e dependentes.²⁰

O que se extrai daí é que o ato de educar se distancia do seu caráter voltado para a formação humana com as dimensões políticas e sociais, ao se tornar apenas um fator econômico, isto segundo o autor, ocasiona numa redução intelectual dupla, pois além de ser apenas funcional a lógica produtiva, potencializa a meritocracia entre indivíduos de uma mesma classe social. Assim, sobre a meritocracia

Como no mundo da produção todos os homens são “livres” para ascenderem socialmente, e esta ascensão depende única e exclusivamente do esforço, da capacidade, da iniciativa, da administração racional dos seus recursos, no mundo escolar a não-aprendizagem, a evasão, a repetência são problemas individuais. Trata-se da falta de esforço, da “não-aptidão”, da falta de vocação. Enfim, a óptica positivista que a teoria do capital humano assume no âmbito econômico justifica as desigualdades de classe, por aspectos individuais; no âmbito educacional, igualmente mascara a gênese da desigualdade no acesso, no percurso e na qualidade de educação que têm as classes sociais. (Frigotto, ano, p. 67)

Esse mascaramento sustentado pela teoria do capital humano é um dos pilares para a desqualificação escolar, pois a “improdutividade” da escola não é

¹⁸ O dualismo estrutural educacional refere-se como a educação, especialmente, no Brasil, foi construída baseada na separação entre um ensino destinado para os(as) filhos(as) da classe trabalhadora e outra forma de ensino para a classe dirigente. Isto reflete uma estrutura educacional dual e é neste sentido que diz-se que o Brasil tem um dívida histórica com a universalização educacional.

¹⁹ No Brasil, os responsáveis por trazer à tona este debate foi o economista Cláudio de Moura Castro, sua referência era e continua sendo o pensamento liberal, e o funcionalismo positivista, metodologicamente. Além de Carlos Geraldo Langoni, com doutorado em Chicago, também nos EUA. (Frigotto, 2015)

²⁰ Para maiores aprofundamentos a respeito de como o capitalismo impacta os países de economia periférica e dependente, ler a obra *Política social: Fundamentos e história* por Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti.

ingênua mas um projeto necessário para sustentação do capitalismo monopolista. Assim, parafraseando Darcy Ribeiro “A crise da educação no Brasil não é uma crise: é um projeto”. Após 30 anos²¹, Frigotto faz um (re)exame da sua obra e reafirma a sua concepção de educação a partir do materialismo histórico, além de destacar que esta sem a práxis, isto é, uma ação entre a teoria e a prática, reduz-se a uma abstração metafísica sem utilidade.

Mediante esta discussão, Luiz Carlos Freira²² no livro *A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias* (2018) contextualiza como as reformas educacionais iniciadas nos Estados Unidos mercantilizam a educação pública, sustentadas por idealizações liberais de educação, ele descreve como “os reformadores”, isto é, a nova direita defende uma escola organizada como um empresa, com a livre iniciativa privada sem a intervenção do Estado, assim

Nesse Modelo, pais portadores de *vouchers* distribuídos pelo Estado “escolhem” no mercado as escolas de seus filhos, considerando a qualidade que elas oferecem, a qual é certificada por avaliações nacionais. Os pais deixam de ser “usuários” de um serviço público e passam a ser “clientes” de empresas educacionais às quais pagam com os *vouchers* recebidos. (Freitas, 2018, p.32)

Portanto, a educação se torna uma mercadoria e as escolas empresas. Desvinculando por total uma concepção de educação enquanto primeiro direito social proposto pela Carta Constitucional, com gratuidade e universalidade. Freitas, ao longo de uma obra, destaca como essa Reforma Empresarial vai se construindo no Brasil, especialmente nos anos 1990 com as propostas neoliberais e seu avanço após o golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff (2016).

No que tange às produções do Serviço Social, tem-se o documento “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”, publicado em 2012 pelo CFESS. Este documento é o principal orientador da atuação profissional na educação e nele contém a concepção responsável por orientar a atuação dos(as) assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional. Para entender sobre como o Serviço Social chega na sua concepção de educação contemporânea, faz-se necessário compreender, brevemente, como esses(as) profissionais saem deste local de defesa e manutenção da ordem vigente

²¹ Gaudêncio Frigotto em “A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas” publicado em 2015.

²² Luiz Carlos Freira é professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da Unicamp. (2018)

capitalista, para uma defesa dos direitos da classe trabalhadora na qual também se auto reconhece como pertencente.²³

A partir dos anos 1980, num contexto de abertura política e de forte presença dos movimentos sociais, o Serviço Social passa por uma reatualização da sua concepção enquanto profissão, influenciado pela sua aproximação com a literatura marxista. Assim, o novo projeto ético-político rompe a visão tradicional das protoformas da profissão ao se aproximar dessa literatura crítica, esse momento é conhecido como o “Movimento da Virada” de 1979.

No que tange a educação, destaca-se que a atuação não se trata apenas das instituições educacionais em si, mas em outras instituições que compõem o conjunto das políticas públicas e que interagem com a rede de educação. Sendo essa intervenção na educação formal, mas também em outras, como escolas de educação popular. De acordo com a obra, a educação compõe a vida social, que é o conjunto das reproduções da vida em sociedade, assim, como já mencionado por Gramsci (2011), Frigotto e Saviani (2007), “pensar a educação como dimensão da vida social significa compreendê-la em sua relação com o trabalho” (CFESS, 2012, p.16). Desta forma, a escola ocupa esse lugar de contradições de projetos societários, sendo um ambiente potente para a classe trabalhadora conhecer a realidade que está inserida e buscar alternativas de superação.

Neste sentido, o Serviço Social defende uma educação emancipatória, pública, laica, universal e de qualidade em coerência com seu Projeto Ético-Político. Assim, no que tange a dimensão emancipatória e a educação enquanto parte constituinte da totalidade da vida social, afirma-se que a educação no capitalismo converte-se numa das instituições responsáveis por estabelecer os consensos necessários para manter a auto-reprodução Capitalista. Entretanto, o elemento da contradição, apreendida por Marx, revela a escola enquanto espaço contraditório, não sendo apenas responsável por estabelecer os consensos como também um

²³ Ao longo deste trabalho a trajetória histórica do Serviço Social será discutida e isto permitirá o(a) leitor(ar) compreender com maiores detalhes como essa concepção é construída a partir do Novo Projeto Ético-Político.

espaço de potência e de possibilidade da construção de uma contra hegemonia.²⁴ A educação emancipatória

Trata-se, antes de tudo, de uma tarefa histórica, protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que produzam uma contra-hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que impregne os modos de vida dos sujeitos singulares e sociais, as instituições educacionais e todas as demais também. (CFESS, 2012, p. 19)

Assim, apesar das instituições educacionais serem um “berço” para a construção dessa autoconsciência crítica e política, essa luta histórica precisa ultrapassar os muros escolares e compor o conjunto das instituições que materializam as políticas sociais. Ao apresentar como se estabelece a Política de Educação contemporânea, o CFESS descreve que

A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais. (CFESS, 2012, p. 20)

Partindo desses fundamentos estabelecidos pelo CFESS, as inquietações de Ney Almeida sobre a inserção de assistentes sociais na política de educação iniciam um pouco antes do começo deste século, fazendo deste autor, um dos mais importantes teóricos sobre Serviço Social e Educação na profissão, suas contribuições permanecem atuais. Neste sentido, em 2003, o autor já destaca a inserção dos(as) assistentes sociais na educação²⁵, não se trata apenas de uma ampliação na ótica do mercado de trabalho, tampouco de desejo individual profissional, mas de uma requisição na própria dinâmica social, isto é, nas expressões da Questão Social na escola que requisitam novos profissionais.

Almeida (2011) ao escrever os *Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais*, oito anos depois, afirma que a educação se constitui como um importante território de disputa, no qual as lutas sociais da classe trabalhadora por este direito social, representa um passo fundamental de sua aproximação com uma consciência própria e autônoma. Além

²⁴ Frigotto (2001) ao discutir a teoria do capital humano destaca a importância dessas mediações, tendo em vista que escola não reproduz apenas a ideologia capitalista como alguns autores “críticos” defendiam, tampouco, pode ser considerada como uma instituição isolada, que não se relaciona com a totalidade das formas de reprodução do modo de produção capitalista. Os elementos da *contradição* e da *mediação* são extremamente importantes quando se discute qual a função social da escola na estrutura econômico-social capitalista.

²⁵ Almeida em *Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação* (2003).

de pôr em debate como as exigências do Banco Mundial estabelecem diretrizes para as políticas públicas nos países periféricos²⁶.

Tendo como horizonte a educação enquanto uma das expressões do conjunto da vida social responsável pela construção da consciência crítica, Eliana Bolorino destaca que se a escola representa esse lugar de disputas, torna-se um espaço estratégico para atuação de assistentes sociais, tendo em vista a defesa dos princípios do Código de Ética Profissional (1993). Dando destaque aos princípios I, V e VIII :

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Portanto, pensar na relação entre trabalho e educação, dentro de uma conjuntura de avanço do conservadorismo orquestrado pela “nova direita” em tempos neoliberais, faz-se fundamental. A discussão de concepções educacionais é uma disputa contemporânea, tendo em vista o momento histórico de retrocesso dos direitos sociais. No que se refere a educação, o avanço de organizações privadas de ensino, a proposta “contrarreforma” do ensino médio, as ideias do “Escola sem Partido”, o avanço da Militarização nas escolas (especialmente no governo Bolsonaro), as propostas de *homeschool*, os altos índices de violência e ataques às escolas, além dos agravos advindos do período pandêmico são questões atuais e latentes que requer a atuação de profissionais capacitados e críticos.

1.2 Educação e Serviço Social: Determinações sócio-históricas anteriores a Constituição Federal de 1988

A história da Educação no Brasil é perpassada por avanços e retrocessos desde a sua construção até a sua materialização enquanto política pública. Ao compor parte da vida social, revela constantes disputas entre os interesses das classes burguesa e proletária na sociedade capitalista. Já o Serviço Social

²⁶ No tópico 1.3 será discutido as diretrizes dos organismos internacionais no campo educacional Brasileiro em tempos de Neoliberalismo.

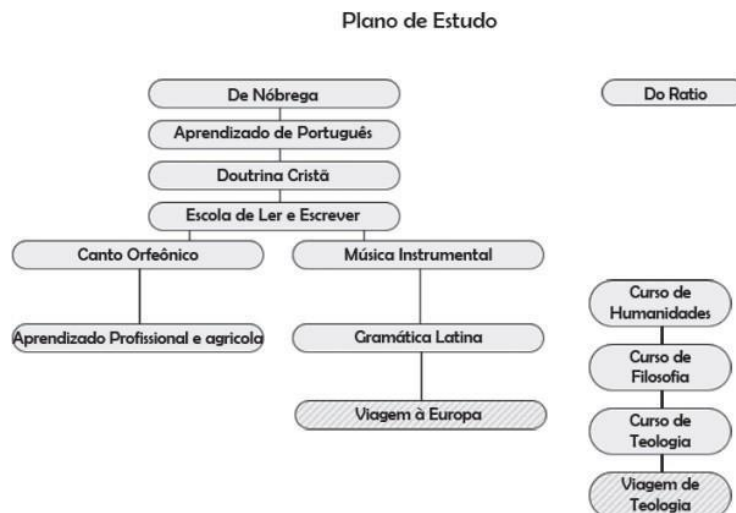
enquanto profissão inserida no conjunto das relações sociais entre o Estado e a sociedade civil, atua no conjunto das políticas sociais, como profissão sócio-técnica inserida ao modo de produção capitalista, com contradições estruturais “responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto” (Iamamoto e Carvalho, 2020). Assim, este tópico aborda o desenvolvimento educacional e posteriormente a gênese do Serviço Social, compreendendo como esta relação - entre Serviço Social e Educação - ocorre simultaneamente a partir dos anos 1930.

Tendo em vista o papel do Estado como responsável por efetivar o conjunto das políticas sociais (educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social etc), a política de educação é perpassada por essas disputas que têm particularidades de acordo com a conjuntura sócio-econômica da história brasileira.

Seguindo a linha histórica da Política de Educação no Brasil, compreende-se as Escolas jesuítas como sendo a primeira forma de acesso à educação no país, com a orientação do Padre Manoel da Nóbrega, entre 1549 à 1759, iniciado com o ensino missionário e a catequização dos povos indígenas e dos/as escravizados/as negros/as, posteriormente, com o ensino destinado aos filhos homens dos colonos europeus.²⁷

O primeiro colégio jesuíta no Brasil foi o Colégio dos Meninos de Jesus, fundado em 1550 em Salvador, o qual se tornou modelo para as demais escolas que viriam, com um direcionamento de ensino religioso de vertente católica, fruto da colonização dos portugueses no período Colonial. A tabela abaixo exemplifica os conteúdos estudados pelos filhos dos colonos no Plano de Estudos da Companhia de Jesus, publicado em 1599. Segundo a professora Josimeire Melo (2012, p. 13), o plano “concentrava sua programação nos elementos da cultura europeia, mais precisamente de Portugal, valorizando conhecimentos religiosos e da área de Humanas”.

²⁷ As mulheres não estavam inseridas no processo educacional no período colonial, por isso, suas atividades eram apenas voltadas para o lar doméstico. Posteriormente, o primeiro acesso educativo era dentro dos conventos católicos, com atividades de bordado, costura e de “boas maneiras”. Esse cenário modifica-se em 1827 com o acesso ao ensino fundamental e em 1979 com ensino superior, a partir da autorização paterna ou matrimonial. Cabe destacar que esse acesso não era igualitário, pois as meninas além de sofrer discriminação, não tinham acesso a algumas aulas, como geometria. Assim, esse texto aborda o termo masculino, pois só os filhos dos colonos acessaram este modelo educacional. (Sae digital, s.d.)



Quadro 1: Plano de estudos no período Jesuítico

Fonte: Ribeiro (aput Melo, 1984)

No plano destacado observa-se uma estrutura de ensino voltada para uma realidade europeia, não sendo condizente com a realidade brasileira, nota-se a presença do ensino religioso como já mencionado. Posteriormente, com a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas inicia-se a Reforma Pombalina, protagonizada por Marquês de Pombal entre 1759 a 1777. Nesse momento há uma primeira tentativa de desvinculação educacional das ideias religiosas e a formação passa a ser inspirada nas ideias iluministas²⁸. Entretanto, esta educação continua a ser destinada somente para os filhos da elite dirigente e apesar dessa tentativa de rompimento, ainda continua a presença da influência religiosa.

A vinda da família portuguesa em 1808 possibilitou mudanças na educação, com a criação dos primeiros cursos superiores, da biblioteca nacional (1910) e da imprensa (para divulgação de notícias e literatura) e após a sua volta para Portugal, marca-se o início do Brasil Imperial. Segundo Melo (2012, p. 31), a primeira Constituição brasileira (1824) “trazia a ideia de um ‘sistema nacional de educação’ e prescrevia no Art. 179 ‘instrução primária e gratuita para todos os cidadãos’”, mas apesar dessa garantia constitucional a educação não era prioridade, pois o Brasil passava por problemas políticos e econômicos. Cabe destacar o reconhecimento de que a instrução primária, dita como para “todos os cidadãos”, é uma referência apenas aos homens brancos livres e da elite. Na Primeira República do Brasil (1889

²⁸ Movimento cultural e intelectual oriundo da Europa, especialmente França, no século XVIII que revolucionou o seu momento histórico. Seus pilares são o racionalismo e a crítica ao absolutismo. (Brasil Escola, 2025)

a 1929) não existia ainda uma Política de Educação organizada, mas instituições de ensino individuais para a elite agrária. Apesar de algumas reformas nesse período, nenhuma foi capaz de mudar a estrutura excludente e conservadora do ensino.

A década de 1930 é marcada por grandes transformações na sociedade brasileira, Getúlio Vargas e o seu governo desenvolvimentista visava a industrialização nacional e a ampliação da atuação do Estado no cenário político e econômico brasileiro. A “Era Vargas” é compreendida como Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), além do seu último mandato entre 1950 a 1954. Neste período ocorre a institucionalização de um conjunto de políticas sociais anteriormente fragmentadas e isso requer um conjunto de profissões capacitadas para trabalhar nessa atuação, entre elas o Serviço Social

A implantação do Serviço Social não é (...) um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. (Iamamoto e Carvalho, 2020, p. 282)

Deu-se a criação de vários novos aparatos estatais em decorrência das novas necessidades de inserir o Brasil no capitalismo mundial, mas também com a ascensão de novos sujeitos no cenário político²⁹. No campo da Educação, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde e do Conselho Nacional de Educação, impulsionados pela Reforma Francisco Campos³⁰, além do Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras. Nesse momento, estava efervescente a potência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova na defesa de uma escola obrigatória para todos e sem o direcionamento religioso, contudo efetivou-se a dualidade do ensino proposto pela Reforma Francisco Campos (Melo, 2012).

Mudanças também vão ocorrer a partir da Constituição Federal de 1934, na qual estabelecia em seu art. 149 que “a educação é o direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”, evidenciando a corresponsabilidade entre o Estado e as famílias. A referida Constituição estabeleceu mudanças educacionais entre as quais se destacam o Plano Nacional

²⁹ Nesse momento acendeu o número de movimentos sociais no país que criticavam o regime oligárquico vigente. Nesta mesma década de 1920, por exemplo, tem-se a criação do Partido Comunista do Brasil (1922) e das Revoltas Tenentistas (1922-1924). (Melo, 2012)

³⁰ Francisco Campos foi Ministro da educação e saúde no governo Vargas em 1931 e a reforma Francisco Campos na educação “oficializava a dualidade do ensino - secundário e profissionalizante - para a classe dirigente e a proletária, respectivamente {...} A Educação precisava ser diferenciada para a formação de patrões e empregados”. (Melo, 2012, pág.50).

de Educação, o ensino primário gratuito financiado por recursos públicos, a unificação de escolas isoladas tornando-se universidades e a laicidade, afirmando-se no art. 153 o caráter facultativo do ensino religioso. Com essas mudanças sócio históricas a Educação passa a ser necessária para o desenvolvimento do país, por um lado profissionalizando a mão de obra para inserir na industrialização tardia, por outro possibilitando a formação e a manutenção do *status quo* da classe dominante (Melo, 2012).

Ainda nesta década, tem-se o surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil em São Paulo (1936), Rio de Janeiro (1937) e Pernambuco (1940), com a presença de assistentes sociais em algumas políticas públicas, como a de educação, de acordo com o CFESS (2011, p.5) “a presença do/a assistente social na área de educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão”. Esse período foi marcado por escolas isoladas e particulares de Serviço Social com a perspectiva conservadora de ensino impulsionada pela moral religiosa da Igreja Católica. Todas as assistentes sociais eram mulheres brancas das elites locais e essa feminização da profissão permanece atual, este período é conhecido como Serviço Social Tradicional.

Portanto, apesar da criação de instituições que regulamentam a educação no país, a concepção de educação no período permanece conservadora e dual. A atuação do Serviço Social neste contexto era “fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora” (Iamamoto e Carvalho, 2020, p. 122). Esse mecanismo de reprodução do controle social pode ser visto na sua atuação na educação, através de uma obra publicada em 1939 por Maria Esolina Pinheiro intitulada como "Serviço Social, infância e juventude desvalidas", pois mostra como as assistentes sociais compreendiam essas crianças como delinquentes.

Assim, as práticas sociais desenvolvidas pelos Assistentes Sociais se orientarão por uma lógica particular. Ao pretender atuar sobre a “questão social”, negarão as transformações econômicas e sociais, isto é, a ação sobre as causas materiais da “questão social”, para atuar sobre os efeitos. No entanto essa lógica será particular também no sentido inverso. Os efeitos não conduzem a agir sobre as causas, mas sobre as percepções. A ação educativa, de levantamento moral do proletariado, a que se propõe o Serviço Social, aparece claramente como uma ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes. (Iamamoto e Carvalho, 2020, p. 300).

Na clássica obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, Iamamoto e Carvalho (2020) destacam que as principais áreas de atuação na gênese profissional eram as organizações da assistência, na educação popular e na pesquisa social. Sendo o público de intervenção as famílias operárias, especialmente mulheres e crianças. Suas principais técnicas de intervenção eram as visitas domiciliares e os encaminhamentos, além da distribuição de auxílios materiais e a formação moral e doméstica através de círculos e cursos. Ainda destacam a dimensão socioeducativa nas suas intervenções, com a finalidade de ajustar esses “clientes”³¹ à moral cristã católica. Neste momento a percepção de atuação não compreendia a totalidade da vida dos indivíduos, tampouco da formação do Estado Capitalista, eram ações isoladas e filantrópicas, que visavam transformar os “clientes” aos ajustamentos morais da igreja e ideológicos do Estado.

Em 1946, após o fim dos governos varguistas foi estabelecida uma nova Constituição, cuja a educação se expressa como um direito de todos, de acordo com a condição expressa no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, concedia também à União a responsabilidade sobre a construção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), além de estabelecer a obrigatoriedade do ensino primário. Entretanto, o nível médio continuou com suas características duais de diferenciação entre o ensino acadêmico e o profissional para população rica e pobre, respectivamente (Melo, 2012).

Após 13 anos de tramitação, em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/61)³² foi estabelecida no governo de João Goulart (1961-1964) com princípios de liberdade e de solidariedade humana, tendo avanços no acesso ao ensino além da criação dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação, mas ainda mantendo uma base conservadora de ensino, tendo em vista que poderia-se escolher qual tipo de escola frequentar, fazendo uma distinção entre as privadas - beneficiadas com recursos públicos - e as públicas - com qualidades inferiores em termos de estrutura e ensino. Cabe pontuar que o governo Goulart expressa a continuidade do “plano de metas” de Juscelino Kubitschek para

³¹ No Serviço Social tradicional os “clientes” eram aqueles que recebiam os “serviços” prestados por esses profissionais. Posteriormente, esse termo foi substituído por usuários, tendo em vista que são usuários de políticas públicas.

³² A primeira LDB data de 1961; dá mais autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no MEC; regulariza a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação; garante o empenho de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a educação; o ensino religioso é facultativo e há obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário, dentre outras normas. (Chaves, 2021)

industrializar o país e após a concretização das suas duas fases, as disputas ideológicas entre os empresários e a esquerda entram em cena na política brasileira.

Essa dualidade ideológica oriunda do contexto político de disputa entre projetos societários progressistas - como a defesa das reformas de base e da nacionalização das empresas estrangeiras - é antagônico ao projeto dos empresários - sendo apenas a industrialização como fim em si mesma - e esses são alguns dos motivos principais que antecedem a Ditadura Empresarial-militar em 1 de Abril de 1964, a partir da união entre o empresariado (nacional e internacional) e os militares, conhecido como golpe empresarial-militar (Saviani, 2008).

O Serviço Social latino-americano no começo dos anos 1960 vivencia o Movimento de Reconceituação Profissional marcado por uma crítica dupla. Sendo a primeira, às condições de subordinação latino-americanas aos países de economia central. Mas também uma autocrítica, ao refletir qual a funcionalidade profissional neste contexto. Portanto, foi um momento de crítica à conjuntura social, histórica e econômica latina, além da crítica à profissão ainda com suas raízes tradicionalistas. Segundo Netto (2017, p. 152) “ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão”, todavia, esse movimento profissional foi sufocado tanto pela proliferação de ditaduras nesses países, como pela disputa de concepções divergentes na categoria.

Após três anos da aprovação da 1ª LDB, eclode no Brasil o golpe empresarial-militar no Brasil. Consoante José Paulo Netto (2017) a Ditadura Empresarial-Militar de 1964 altera o contexto político, econômico e sociocultural do país, a partir de determinações nacionais e internacionais. Estabelece um governo ainda de caráter desenvolvimentista e com a ampliação da industrialização pesada. Além disso, traz mudanças ao padrão de acumulação de capital, pois esse modelo é baseado num aumento da capacidade de produção dos bens de consumo e de bens de produção, com investimento estrangeiro norte-americano no país. Assim, de acordo com o autor, o golpe estabelece uma base modernizadora conservadora, pois modernizava-se nas técnicas enquanto mantinha-se a base ideológica conservadora.

Essa base modernizadora conservadora impacta tanto o Serviço Social, como a estrutura das instituições e o conjunto das políticas públicas, como a

educação. No que se refere ao Serviço Social ocorre uma adequação profissional a este modelo autocrático, pois alteram-se as demandas requisitadas e as condições do seu exercício profissional, no qual requer um profissional mais técnico.

Na educação, segundo o autor Netto “os analistas, apesar das suas diferenças ideopolíticas e de suas opções teórico-metodológicas alternativas, coincidem na verificação de que houve um giro, uma mudança qualitativa e estrutural, no trato da educação por parte da autocracia burguesa” (2017), isso significa que a estrutura educacional se amplia, por exemplo, através das reformas do ensino básico e superior como também a partir da criação das pós-graduações, mas simultaneamente o sistema educacional se desenvolve a partir da lógica burguesa e desenvolvimentista, com práticas de conter as mobilizações populares, como a dos estudantes e docentes militantes contra a ditadura.

Assim, a educação - como as demais políticas públicas - apresentou características pragmáticas e tecnicistas, e a LDB de 1961 não deixou de carregar esses traços, tendo em vista que tanto a educação quanto os profissionais deveriam estar de acordo com esse projeto político ditatorial (Melo, 2012).

Dermeval Saviani (2008) destaca que o legado da educação no regime empresarial-militar foi composto por dois elementos centrais: a vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado; e o favorecimento da privatização do ensino. A respeito da sua vinculação aos interesses do mercado, nota-se a criação do IPES³³ (Instituto de Estudos Políticos e Sociais) fundado em 1961 como um importante órgão para definir os rumos educacionais do regime, através, por exemplo, do simpósio (1964) e do fórum (1968), sendo ambos responsáveis por discutir acerca da implementação da política, definida no fórum como “A educação que nos convém”. Este lema expressa uma concepção de educação voltada para a defesa da ideologia propagada pelo regime militar, para formação de força de trabalho, especialmente para o mercado de trabalho, ademais de perpassada por uma concepção produtivista de educação, destacada pelo autor a partir dos acordos MEC-USAID³⁴ e pela Reforma Universitária³⁵ em 1968.

Em seguida, a respeito do favorecimento à privatização, a Constituição de 1967 - e sua reconfiguração em 1969 - estabelecida pelo regime, traz mudanças

³³ Foi criado a partir da união de empresários multinacionais, gerais e da Escola Superior de Guerra - ESG (Saviani, 2008).

³⁴ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

³⁵ Para uma análise mais detalhada na questão da Reforma Universitária, ver Netto (2017)

nas destinações orçamentárias, pois a Constituição de 1934 e de 1946 determinava os recursos mínimos que deveriam ser destinados pela União, estados e municípios, entretanto as Constituições destacadas do regime Militar retiram a parte orçamentária da união e fixa apenas para os municípios, fazendo com que os recursos federais fossem cada vez menores. Em contrapartida, a mesma Constituição oferece apoio para ampliação da iniciativa privada, pois segundo ele:

Se a tendência privatizante já se manifestava antes da instalação da ditadura civil-militar, é certo que ela se aprofundou e se consolidou no decorrer da vigência desse regime. É procedente, pois, reconhecer que o favorecimento da iniciativa privada se constitui em mais um legado que nos foi deixado pelo regime militar e que vem se acentuando na última década. (Saviani, 2008, p.301)

Entretanto, mesmo neste cenário de retrocesso democrático e de fortes tendências de privatização (ampliadas nos anos 1990) a pressão e conscientização popular foi importante para a garantir a aplicação da LDB, pois os diferentes movimentos sociais já vinham se fortalecendo desde o final dos anos 1950. Na década seguinte, antes da posse ditatorial, os movimentos pela Educação Popular se fortaleceram, como os Centros Populares de Cultura (CPC) vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE), os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB). O MCP de origem em Recife, teve um papel fundamental de diálogo com a população acerca dos seus direitos e o método de alfabetização de 40 horas para adultos elaborado por Paulo Freire - Patrono da educação - representa uma das maiores expressões populares pela educação no Brasil e no mundo. De acordo com Melo (2012) estes movimentos tinham a finalidade de reverter a proposta elitista da LDB, mas suas atuações foram interrompidas pelo golpe, sob a alegação de que eram subversivos e comunistas.

O Serviço Social durante esse período é marcado por três tendências profissionais, como parte do processo de renovação em curso no contexto empresarial-militar: a modernizadora conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (Netto, 2017). Essas tendências demonstram que com na crise do Serviço Social tradicional a profissão torna-se campo de disputa de distintos interesses. A intenção de ruptura torna-se hegemônica a partir do final dos anos 1970, a partir da influência do Método BH, da aproximação com o marxismo na academia, da interação com os movimentos sociais e principalmente a partir do III Congresso brasileiro de assistentes sociais

em 1979, chamado de “Congresso da Virada”, que contribui para a intenção de ruptura com o conservadorismo profissional.

Os Atos Institucionais, em específico o AI-5 (1968), considerado o mais severo, são expressões da postura antidemocrática burguesa-ditatorial, com a finalidade de neutralizar e silenciar os agentes sociais que criticavam o regime. Além disso, foi construída uma nova lei de Diretrizes e Bases Curriculares da Educação em 1971³⁶ na qual possibilitou o crescimento da rede privada de ensino. Assim, com a crise da ditadura em meados dos anos 70, chega ao fim o “milagre econômico”³⁷, aumentando as desigualdades e a dívida pública do país, que passa por uma redemocratização “segura, lenta e gradual”.³⁸

1.3 Estrutura da educação Básica e as expressões da Questão Social na escola

A Escola é uma instituição com a função social de transmissão de conhecimentos construídos pela história da humanidade, sendo responsável por construir as primeiras formas de socialização entre os indivíduos, geralmente, na infância. A partir da perspectiva crítica, a escola representa um ambiente perpassado pelos interesses antagônicos das classes com seus diferentes projetos societários e educacionais, a exemplo da educação emancipatória e crítica, e da educação como mecanismo apenas de qualificação para o mercado de trabalho. Segundo a pesquisadora Sarita Amaral (2011), a escola há muito tempo não é mais representada como lugar neutro, dedicado exclusivamente ao ensino e a aprendizagem, mas tornou-se ponto de encontro e convivência social, um palco em potencial à fecundação da cidadania.

Consoante ao CFESS, a escola compõe a vida social e tem uma importante função na reprodução da sociabilidade capitalista, pois

³⁶ Dentre as características da LDB de 1971, publicada durante o regime militar pelo presidente Médici, destaca-se o ensino de primeiro grau obrigatório dos 7 aos 14 anos; aborda a educação a distância; prevê um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º grau; determina que os municípios devem gastar 20% do orçamento com educação, mas não prevê dotação orçamentária para a união ou os estados. (Chaves, 2021)

³⁷ Segundo Netto (2017), o “milagre econômico” é o tempo do crescimento acelerado, posto como uma forma de gerar consenso passivo para com a população. Foi o crescimento quantitativo de aparatos funcionais ao “modelo econômico”. Entretanto, em 1973 este “milagre” começa a esgotar-se, juntamente com a ditadura.

³⁸ Para um maior aprofundamento acerca da ditadura empresarial militar no Brasil ver a obra *Ditadura e Serviço Social* de José Paulo Netto (2017). Do ponto de vista cinematográfico, ver o filme documentário de Danilo Tavares: Um dia que durou 21 anos. E o filme brasileiro ganhador do Oscar “Ainda Estou Aqui”, de 2024.

Numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção(...) Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetificação. (CFESS, 2012, p.17)

Assim, segundo Frigotto (2001), não representa um lugar apenas de aparato ideológico que reproduz a lógica capitalista, mas um espaço de disputa de distintos projetos societários. A exposição da função social da escola faz-se necessária pois demonstra quais os seus significados sociais, mas para além disso, é importante discutir como essa instituição se materializa e se estrutura no Brasil, tendo como referência as legislações próprias.

No que se refere aos aparatos legislativos que estruturam esta política, a Constituição Federal prevê no Art. 6º os direitos sociais fundamentais, sendo eles a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência. Assim, o acesso à educação torna-se uma responsabilidade estatal para com a população, especialmente, para que as condições de acesso e permanência negadas à população marginalizada na história do país possam ser cada vez menores, tendo em vista a universalização como meta a ser alcançada. Portanto, a Carta é responsável por: Prever a educação como direito social e faz essa discussão do Art. 5º ao 14º. Sendo esta a carta constitucional com o maior número de artigos que discutem a educação na história das constituições. De acordo com Sofia Vieira (2007), esse aumento de artigos representa a efervescência da preocupação histórica com a temática, principalmente, por se tratar de um momento de abertura política no qual a sociedade civil participa, diferentemente, de todas as constituições anteriores.

Em sintonia com o momento de abertura política, o espírito do texto é o de uma "Constituição Cidadã" que propõe a incorporação de sujeitos historicamente excluídos do direito à educação, expressa no princípio da "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (art. 206, I). Outras conquistas asseguradas são: a educação como direito público subjetivo (art. 208, § 1º), o princípio da gestão democrática do ensino

público (art. 206, VI), o dever do Estado em prover creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade (art. 208, IV), a oferta de ensino noturno regular (art. 208, VI), o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria (art. 208, I), o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências (art. 208, III). (Vieira, 2007, p. 304)

Entre os artigos 205 a 214, são expostos os princípios, diretrizes e as finalidades no âmbito nacional, na qual segundo o Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988). Assim, a educação é tanto um direito como um dever conjunto e isso revela como ao longo das sete constituições nacionais a educação passa enfim a ser um direito de todos, pois se amplia não só no discurso presente no aparato legislativo, mas partir da cooperação e corresponsabilidade entre a União, os Estados, Distrito Federal e os municípios.

A Constituição estabelece à União o dever exclusivo de "legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional" (art. 22, XXIV) compartilhada com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com a finalidade de "proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência" (art. 23, V), juntamente com a corresponsabilidade entre essas em matéria de financiamento público. Há avanços notáveis no que tange ao financiamento, sendo a União 18% e aos Estados, DF e Municípios nunca menos de 25% dos recursos arrecadados.

Cabe à União a realização dos Planos Nacionais de Educação (PNE) - e os Estados, DF e municípios criam os seus baseados no federal - que são as metas a serem alcançadas a cada 10 anos. O PNE vigente foi aprovado em 2014 pela Lei nº 13.005 e prorrogado até 2025. O novo PNE, o PL 2614/24, está em tramitação na Câmara dos Deputados e prevê metas até 2034.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996) é outro referencial relevante, pois estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A partir do art. 26º discute-se a composição dos níveis escolares, no qual a educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e II – educação superior. Além das demais modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Tecnológica, Educação Especial, Educação do Campo, Educação

Escolar Indígena, Educação a Distância, Educação nos estabelecimentos penais e Educação Quilombola.

A respeito da Educação Básica, enquanto elemento prioritário de estudo dessa pesquisa, nas Disposições Gerais da LDB no Art. 22 “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Os conceitos de preparação para o “trabalho” e enquanto elemento que assegure a “cidadania” são fundamentais para compreender que tipo de trabalho é destinado para as distintas classes sociais? Além de como estabelecer cidadania em redes de educação perpassadas por profundas desigualdades sociais que são estruturais no Brasil?

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Estatuto da Criança e do adolescente são fundamentais. A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

E o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) de 1993, prever no Art. 53 que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, em consonância com as demais legislações que estruturam a política de educação.

Por fim, tem-se as Diretrizes Curriculares para Educação Básica (2013) e “São estas diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.” Nelas são desenvolvidas todas as diretrizes para cada nível de escolaridade e modalidade de ensino.

Acerca do financiamento na educação pública, dados publicados no Censo Escolar³⁹ de 2023, evidenciam que a maior parte das escolas que oferecem educação básica são financiadas pelos municípios, cuja média nacional é de 49,3%.

³⁹ “O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa estatística realizada anualmente pelo Inep em duas etapas e em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4o do Decreto no 6.425/2008.” (Censo Escolar, 2023)

Este dado se justifica pelo fato da CF estabelecer no Art. 221 a prioridade dos municípios para com a educação infantil e fundamental. O gráfico abaixo expressa as matrículas por dependências administradas de acordo com cada Estado brasileiro e aponta as redes municipais como as maiores vagas para educação básica.

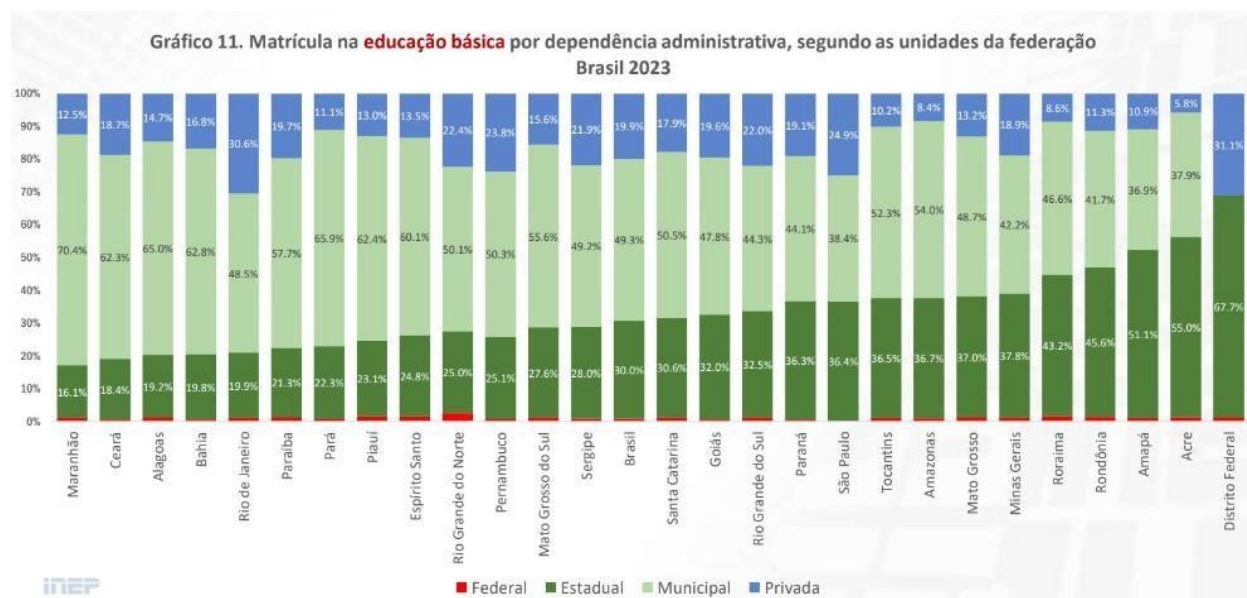


Gráfico 1: Matrículas da educação básica (fundamental) em 2023

Fonte: Censo Escolar 2023

Outro gráfico disponibilizado pelo Censo Escolar (2023) expõe que no que tange às matrículas de ensino médio, os estados têm os maiores números de vagas. E a CF (1988), destaca no mesmo artigo (221) a prioridade os Estado sendo educação fundamental e ensino médio.

Gráfico 34. Matrícula no **ensino médio** por dependência administrativa, segundo as unidades da federação
Brasil 2023

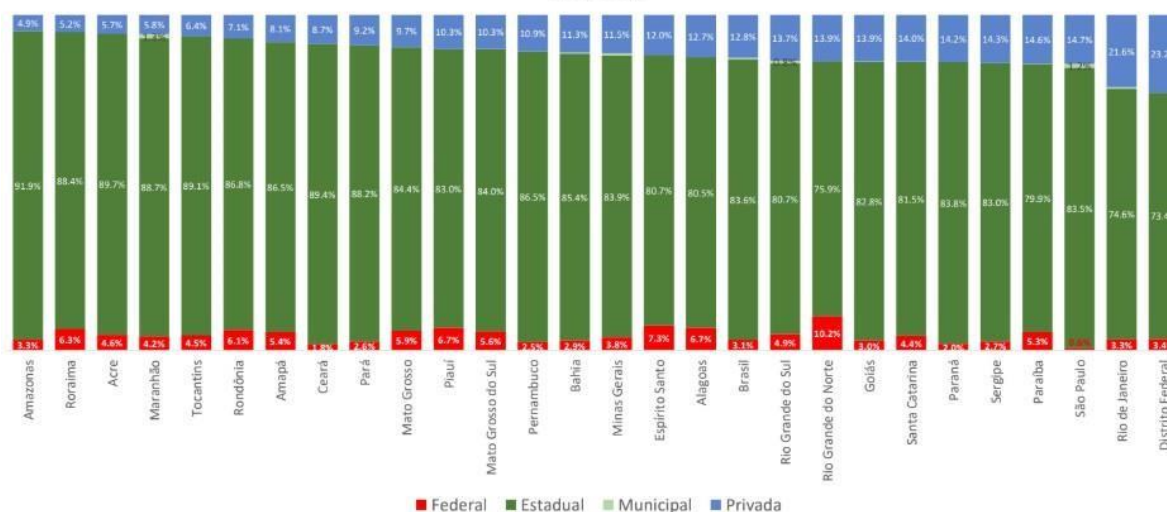


Gráfico 2: Matrículas da educação básica (ensino médio) em 2023

Fonte: Censo Escolar 2023

Tendo em vista o conhecimento a respeito da estruturação da política de educação, o conhecimento desses dados são relevantes para esta pesquisa pois a atuação de assistentes sociais na educação básica será, majoritariamente, a partir de vínculos institucionais via Estados, Distrito Federal e municípios. A partir de agora será discutido como o Serviço Social é inserido para atuar nesta política tendo como objeto de intervenção as expressões da questão social nas escolas, sendo consequência direta da expansão das ofertas educacionais com a inserção de novos sujeitos neste espaço, negado durante tanto tempo.

Assim, a atuação do Serviço Social se constrói a partir da intervenção nas diferentes expressões da Questão Social, é importante situar que esta categoria é o seu objeto de estudo, análise e intervenção. Diferentes autores(as) do Serviço Social estudam diversas definições acerca dessa categoria, que é responsável por concretizar a atuação profissional fundamentada por meio desses estudos teóricos.

Essa discussão inicia-se a partir dos anos 1980 na profissão, num momento histórico-político de “virada” com o conservadorismo inerente na gênese da profissão. O livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (primeira publicação em 1982) é uma das primeiras obras a discutir a Questão Social a partir da concepção crítica marxista e nos anos 2000 que a revista *Temporalis* faz uma edição direcionada para este debate, a partir de autores(as) como Marilda Iamamoto (2001), José Paulo Netto (2001), Carmelita

Yazbek (2001) e Potiara Potyara (2001). No ano de 2021 a revista *Temporalis* faz uma nova edição intitulada como *Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da Abepss*, tendo como finalidade discutir a Questão Social e as particularidades brasileiras.⁴⁰

Segundo Alejandra Pastorini (2004, p. 14) "a questão social é uma característica concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações entre as classes, e entre estas e o Estado", pois é através dessas relações entre as distintas classes sociais perante ao Estado que essas expressões se materializam, tendo em vista que o mesmo Estado é responsável por responder a essas expressões. Os fundamentos da Questão Social se configuram por meio da Lei Geral de Acumulação do Capital - estudada por Marx na sua obra *O Capital* - mas também se (re)configuram nos diferentes processos históricos da sociedade, em contextos mundiais e territoriais (Daros, 2019).

Assim, para compreender a Questão Social cabe trazer uma breve apresentação histórica do seu surgimento, emergente na primeira metade do século XIX na Europa Ocidental com o pauperismo (absoluta pobreza) vivenciado pelos(as) trabalhadores(as) nas atividades laborais nas indústrias pós Revolução Industrial (Pastorini, 2004). A partir disso faz-se necessário analisar como se constroem essas relações de precarização do trabalho no sistema capitalista, tendo em vista que essas precarização do trabalho e a negação estatal dos direitos sociais básicos resultam na pobreza absoluta nas condições de vida da classe trabalhadora. Outro elemento importante é as particularidades das expressões da Questão Social a partir das diferentes conjunturas históricas, políticas e econômicas.

Alguns pesquisadores, ao notarem as mudanças oriundas a partir do neoliberalismo defendiam a ideia do surgimento de uma "Nova" Questão Social, entretanto, segundo Pastorini, essas mudanças não significam a existência de uma Nova Questão Social⁴¹, pois a estrutura econômica (Capitalista) permanece a

⁴⁰ A revista *Temporalis* é da ABEPSS e iniciou suas publicações a partir dos anos 2000, sendo atualmente uma das revistas mais importantes de produção e divulgação do Serviço Social. As duas edições 2000 e 2021 podem ser achadas através do site da revista, no link: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/archive>.

⁴¹ "Os defensores da "nova questão social" partem do pressuposto de que as mudanças ocorridas no mundo capitalista contemporâneo marcam uma ruptura com a período capitalista industrial e com a 'questão social' que emergiu na primeira metade do século XIX, com o surgimento do pauperismo, na Europa Ocidental. Assim, no processo inacabado de busca da novidade, entram em cena os 'novos sujeitos', 'novos usuários' que teriam 'novas necessidades'. Essas novidades seriam produto das transformações da sociedade capitalista vividas mundialmente, a partir de meados dos anos 70, que trazem consigo a necessidade de redefinir os modos de regulação econômica e sociais." Autores

mesma. Outra autora que discute o surgimento da Questão Social é a professora e pesquisadora Dra. Marilda Vilela Iamamoto, estudiosa da temática e referência para categoria, ela afirma:

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (Iamamoto, 2001, p.11).

Desse modo, a questão social também representa esse campo de disputa no qual a classe trabalhadora exige do Estado melhores condições de vida, de trabalho e a garantia dos seus direitos.

No que diz respeito às particularidades na Questão Social brasileira, Renata Costa e Josiley Rafael (2021), discutem as implicações do racismo-patriarcado-capitalismo nas múltiplas expressões da questão social no contexto brasileiro. No que diz respeito ao patriarcado, sabe-se que a divisão sexual do trabalho é anterior à sociabilidade capitalista, mas que cada momento histórico possui suas especificidades para manter essa relação desigual entre homens e mulheres. O marxismo aponta que o começo e o fim desse modo de produção é a obtenção do lucro, portanto, as desigualdades são necessárias e estratégicas para alcançar esse fim. Além disso, o patriarcado não se sustenta apenas na “superioridade” masculina nas relações sociais, ideologias e culturas, mas como um determinante material importante para obtenção do lucro, portanto

O patriarcado: 1) não se resume a etimologia da palavra (o poder do pai); 2) refere-se às relações sociais onde há dominação dos homens sobre todas as dimensões da vida das mulheres (produção; reprodução; sexualidade; socialização dos imaturos); 3) não é uma relação privada; 4) é uma relação civil que também se expressa no âmbito privado e na família; 5) concede direitos sexuais, quase sem restrições, aos homens sobre as mulheres; 6) é uma relação hierárquica presente em toda a sociedade; 7) tem uma base material (a divisão sexual do trabalho); 8) é uma estrutura de poder que se perpetua com base na ideologia e na violência. Saffioti, 1987 (apud Costa e Carrijo Rafael, 2021, p. 84)

Além do patriarcado, o racismo também é estruturante na formação sócio-histórica brasileira, Costa e Carrijo Rafael (2021) remontam que as origens e o desenvolvimento do capitalismo no país são constituídos a partir da economia escravocrata, com a dominação latifundiária. Com o fim dos 500 anos de

como Rosanvallon e Castel defenderam essa tese de uma “nova questão social”. (Pastorini, 2004, p.16)

escravidão, a população negra continua sendo marginalizada, além de não ocuparem os postos de trabalho no começo da modernização e industrialização brasileira. Com o fim da escravidão a classe dominante brasileira - os latifundiários - precisam criar uma nova forma de gerar lucro, assim, a política de imigração é uma estratégia tanto para embranquecer quanto para criar essa massa de trabalhadores(as) sobrando ex-escravizados.

Renata Gonçalves (2018) defende que a questão racial é o nó da questão social, portanto, não se pode pensar a Questão Social no Brasil sem lincar com a sua formação sócio-histórica racista. Portanto, a Questão Racial não é uma expressão da Questão Social “ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro “ (Gonçalves, 2018, p. 515). Além disso, “o Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão destes(as) no universo da cidadania, até porque isto implicaria profundas mudanças nas relações sociais” (Gonçalves, 2018, p. 515), que, a priori, nunca foram feitas pelo Estado brasileiro. Em suma, para conhecer as expressões da questão social no Brasil faz-se necessário conhecer as suas origens sócio-históricas patriarcais e racistas.

No que tange às expressões da questão social no debate educacional, cabe a indagação: quais são as principais expressões da Questão Social nas escolas? E como essas expressões requisitam a atuações de novas profissões na educação? Essas perguntas são fundamentais se levar em consideração o crescimento de assistentes sociais na educação básica, entretanto ainda se nota uma lacuna de estudos acerca dessa relação. Tendo em vista os objetivos dessa pesquisa é importante destacar e identificar quais as principais expressões da Questão Social manifestadas nas escolas de educação básica pública, visto o seu impacto na vida escolar (acesso e permanência) e social dos/as estudantes.

As principais questões observadas são: pobreza, desemprego, trabalho infantil, as diferentes manifestações das violências, relações familiares fragilizadas, gravidez na adolescência, uso/abuso de álcool e outras drogas, falta ou precarização habitacional, preconceitos (de raça, classe, gênero, orientação sexual ou de características fenotípicas), fome, evasão escolar entre outros (Amaro, 2011; Neta e Santos, 2022). De acordo com Michelli Daros (2019), as particularidades da Questão Social no campo educacional são relacionadas ao tripé da simbiose

racismo-patriarcado-capitalismo, compreendendo o racismo e o patriarcado como sistemas anteriores ao Capitalismo mas que ganham sua nova reconfiguração neste sistema, de forma que se tornam inseparáveis e estruturais. É a partir desse sistema que se particulariza violências em todas as esferas sociais, incluindo na Educação.

Nota-se que essas expressões são em decorrência direta do modo de produção capitalista e esse conhecimento desmistifica as defesas de razões individuais, conforme a perspectiva conservadora e tradicional culpabilizadora dos indivíduos pelas contradições do sistema. Cabe destacar que esse processo de apreensão crítica da realidade só foi possível a partir da aproximação profissional com a teoria marxista. As consequências das expressões da questão social na educação são a falta de garantia dos direitos previstos pelas legislações, e desencadeiam os altos índices de analfabetismo - segundo o Censo 2022⁴² publicado pelo IBGE ainda 7% da população brasileira é analfabeta, equivalente a 11.403.801 pessoas - e evasão escolar. Por isso a necessidade de profissionais que atuem de forma qualificada nessa política, além da participação da sociedade civil que é responsável por cobrar ao Estado a efetivação e ampliação desses direitos conquistados.

A partir da exposição das principais expressões da Questão Social na escola, no capítulo que se segue, busca-se delinear a inserção do Serviço Social na educação pública a partir dos anos iniciais deste século, principalmente, a partir da publicação da lei 13.935 no ano de 2019, após anos de lutas em prol dessa garantia de assistentes sociais e psicólogos na rede pública escolar.

2. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: essa luta tem história!⁴³

Este segundo capítulo tem como objetivo expor as transformações da política educacional após a Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere ao desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil na década seguinte, dando seguimento ao século XXI. Nos anos 2000, nota-se o avanço duplo, tanto da Educação quanto do desenvolvimento do Serviço Social nesta. No que se refere a política educacional há uma expansão (sobretudo nos governos petistas) que conseqüentemente expõe as aparições mais escancaradas da questão social nas

⁴² Disponível no site do IBGE, em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>.

⁴³ Frase utilizada pelo CFESS nas produções acerca da lei 13.935/2019

escolas, que sempre foram presentes mas invisibilizadas. Portanto, essas expressões da questão social se evidenciam a partir das novas necessidades históricas ocasionadas pela inserção de novos(as) sujeitos oriundos da classe trabalho, requerendo novos profissionais nas redes de educação.

É neste contexto dos anos 2000 que inicia-se, massivamente, a inserção de assistentes sociais na política de educação, apesar de sua vinculação com a educação ser histórica e presente desde a sua gênese, conforme mostra Silva (2024). Desse modo, esse tópico é responsável por sistematizar como se estabelece essa inserção, assim como, a luta de assistentes sociais e de psicólogos para criação legislativa de uma lei que garanta essa atuação.

2.1 Política de Educação a partir da Constituição de 1988

Apesar da década de 1980 ser considerada a “década perdida” no que diz respeito a economia, no que se refere aos ganhos sociais, é um momento de efervescência para a sociedade civil brasileira, com ênfase na expansão e participação política do conjunto dos movimentos sociais na busca de condições melhores de vida e na luta pelos direitos sociais. Esta década marca o fim dos quase 20 anos de ditadura empresarial-militar no Brasil, ao passar pela redemocratização através da abertura política e a eleição na qual se define o presidente por voto indireto.

No que se refere aos movimentos sociais em prol da educação, vale destacar a importância da Carta de Goiânia⁴⁴ enquanto resultado da IV Conferência brasileira de Educação (CBE), em 1986, a mesma foi anterior às as mesas de debate da constituinte e fundamental, pois nela se discute a política de educação nacional. Assim, consequentemente, influenciou na construção de avanços para essa política, tanto na Constituição de 1988 como na LDB em 1996. Entretanto segundo Marina Felisbela e Rôse Santos

Se, por um lado, a construção das bases para a educação após o período ditatorial reflete o caráter democrático, por outro, está dotada de influências neoliberais: o Estado deve garantir o acesso e a permanência do alunado nos estabelecimentos de ensino, mas direciona a responsabilidade também

⁴⁴ “A IV Conferência Brasileira de Educação, ao propor princípios básicos a serem inscritos na Constituição, tem presente que o país enfrenta graves problemas sociais e econômicos, de natureza estrutural, que entravam a efetiva democratização do conjunto da sociedade. Tem presente, também, que o não enfrentamento urgente de tais problemas acarretará o comprometimento da viabilização das políticas sociais, especialmente da política educacional.” (Carta de Goiânia, 1986)

à sociedade e à família. Garante que a educação forme cidadãos para o exercício da cidadania e para o trabalho, direcionando a educação para um viés tecnicista. (Neta e Santos, 2022)

Nesse contexto, foi promulgada a Constituição Federal de 1988 que representa a disputa de projetos societários antagônicos para sociedade brasileira através de duas concepções:

1. Por um lado, a defesa da democracia e da ampliação dos direitos sociais para a classe trabalhadora fazia-se presente, principalmente com a participação de movimentos sociais, intelectuais, profissionais e da própria sociedade antes excluída dessa participação;
2. Por outro lado, também fizeram-se presentes as bases conservadoras de representantes da elite brasileira na defesa da privatização do acesso às políticas públicas.

Além da magnitude política, essa década é de grande importância para o Serviço Social enquanto profissão que participou ativamente das críticas à ditadura empresarial-militar. O III Congresso de Assistentes Sociais, conhecido como “congresso da virada”, em 1979, mostra como, em meio ao autoritarismo, a profissão renovou-se. Essa renovação ocorre pela proximidade entre os(as) assistentes sociais e os movimentos sociais populares, além da aproximação com o marxismo⁴⁵, e ambos representam a continuidade da ruptura defendida pelo III CBAS. Para Iamamoto (2019, p. 441), “esse congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica ao associar-se aos interesses e necessidades dos trabalhadores em luta pela democracia” (2019). Portanto, essa “virada” é um movimento latino-americano - que remonta a tentativa anterior as ditaduras latinas

⁴⁵ A aproximação do Serviço Social com o marxismo é datado, num primeiro momento, entre 1965 a 1975, com forte influência do movimento de reconceitualização latino-americano. O autoritarismo presente na ditadura empresarial-militar enfraquece esse movimento, além de dificultar o acesso a obras consideradas “revolucionárias”, por isso, a primeira aproximação é chamada de “marxismo vulgar” para Lukács pois além de não ir diferentemente nas obras do Marx recorre a manuais que explicam suas teorias de formas superficiais. A mudança dessa aproximação vem a partir dos anos 1980, após a renovação profissional, uma obra que marca essa aproximação do Serviço Social com o Marxismo crítico é *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. Para maior aprofundamento ver Netto (1991) no caderno ABESS em “Notas sobre o Marxismo e o Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino”.

de Reconceituação Profissional - na busca por uma concepção defendida pela hegemonia profissional, que rompe com o conservadorismo, critica o autoritarismo e se põe na defesa dos direitos da população trabalhadora, na busca por uma nova ordem societária mais justa. Vários(as) assistentes sociais juntam-se a movimentos sociais que antecedem as conquistas oriundas posteriormente na Constituição, em suma, pode-se afirmar que essas conquistas sociais e políticas são consequência direta da participação massiva da população que nunca foi vista ou ouvida anteriormente.

Assim, como exposto anteriormente⁴⁶, na Constituição Federal (1988) a Educação é determinada entre os artigos 205 a 214 e torna-se a mais compromissada com a política educacional pois traz avanços em muitos aspectos, como: educação enquanto direito público, a gestão democrática, o dever com as unidades pré-escolares, ensino noturno, ensino para pessoas com deficiência, o ensino fundamental gratuito, entre outros. Porém sabe-se que a partir dos anos 1990, tem-se uma disputa por essa política - e pelas demais - especialmente pelo fundo público, oriundo das novas necessidades do mercado, reconfigurado pelo neoliberalismo.

Após pouco tempo da promulgação da Constituição, nos anos 1990, as políticas neoliberais ganham força nacional com os desmontes oriundos das conquistas sociais da Carta Constitucional. É nesse contexto no qual se inicia um conjunto de contrarreformas na economia brasileira, dando continuidade no começo dos anos 2000 e até os dias atuais.

O neoliberalismo é um fenômeno esboçado no pós segunda guerra mundial por economistas liberais⁴⁷ contrários ao Estado de bem estar social keynesiano, mas que só ganharam força a partir da crise mundial nos anos 1970 que marca o fim dos “anos de ouro” do Welfare State. Assim, é como resposta a este contexto de crise que o neoliberalismo se materializa mundialmente com a finalidade de enfrentar essa crise através da diminuição da intervenção do Estado na economia, especialmente, no que tange às políticas sociais tal como a de educação. Cabe pontuar que segundo Elaine Behring (2019) esse modelo econômico se estabelece

⁴⁶ Ver tópico 1.3.

⁴⁷ O economista liberal inglês Friedrich Hayek na obra “O Caminho da Servidão” publicada em 1944 foi um dos mais importantes teóricos na elaboração e defesa do neoliberalismo. Além de Milton Friedman que se opunha ao Estado de bem-estar europeu e ao New Deal dos Estados Unidos fortemente presentes no momento pós segunda guerra mundial até a crise dos anos 1970. Ambos tiveram influência na Escola de Chicago na qual reunia vários teóricos neoliberais do mundo.

pelos pilares de privatização, focalização e descentralização das políticas sociais, ocasionando nas contrarreformas do Estado e nos desmontes dos direitos sociais estabelecidos. Tendo um Estado mínimo para as políticas sociais (saúde, educação, habitação, lazer, assistência etc) em detrimento de sua atuação máxima para as necessidades do capital financeiro e das grandes corporações mundiais.

O neoliberalismo impactou significativamente no orçamento e nos desmontes das políticas sociais nos anos 1990, nesta década foram desenvolvidas novas ordens econômicas e políticas incorporadas pelas agendas internacionais como as diretrizes do Banco Mundial, os fóruns e debates promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional pela Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Além de outras agências de financiamento desses organismos mundiais, influenciaram de acordo com Ney Almeida (2011) nas decisões políticas e educacionais no Brasil, como na construção da lei de Diretrizes e Bases Curriculares (1996), no Plano Decenal de “Educação para todos”, na proposta da PNE e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEF), que segundo o autor expressam a disputa entre os movimentos sociais por uma educação pública de qualidade mas não se distanciam dos parâmetros engendrados por esses organismos internacionais para a condução desta política.

Leher (1999) diz não ser possível desassociar a política educacional contemporânea sem considerar as diretrizes dos organismos internacionais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o “senhor” Banco Mundial. Ao contextualizar quais mudanças ocorrem para que sejam construídas as diretrizes dessas organizações, o autor remonta a crise capitalista dos anos 1970 e a crise da dívida dos países periféricos em 1982 como antecedentes à postura neoliberal do Banco Mundial.

Aos países de economia dependente, especialmente, latino-americanos, devedores de empréstimos (im)pagáveis, cabe a imposição das reformas liberais, através de um ajuste estrutural responsável por levar a níveis altíssimos as condições de vida, trabalho e do acesso aos direitos sociais. Essas reformas neoliberais são oriundas da implementação das diretrizes do Consenso de Washington. No qual esse ajuste requer dos países periféricos, como o Brasil, um

ajuste estrutural, assim, a maior parte do orçamento público é destinado para o pagamento das dívidas externas/eternas⁴⁸.

Cabe ao setor privado, não inocentemente, através das parcerias público-privadas, participar e intervir nas políticas públicas, pois o governo alega não ter recursos suficientes. Ainda há um mito social presente na sociedade brasileira difundido pela ala conservadora que defende a privatização de instituições públicas, essas ideias são responsáveis por difundir a tese de que os setores privados executam “melhor” as políticas do que o Estado. Essa parceria causa uma dupla consequência: por um lado o Estado desloca a maior parte dos recursos públicos para pagar as dívidas; e por outro lado, o recurso que sobram é investido mediante influência privatista e mercantilista dos setores privados. É nesse contexto que as políticas sociais sofrem rebatimentos, no que se refere a educação, portanto a teoria do capital humano exposta por Frigotto (2001) mais uma vez continua a ser comprovada. Pois a educação torna-se mercadoria e não um direito.

A partir dessas reformas neoliberais, nos anos 2000, os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) permanecem com a lógica de reformas do Estado, e na educação não é diferente.

A união das forças sociais progressistas foram responsáveis por eleger o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003), a expectativa era de que este governo trouxesse mudanças no que diz respeito ao projeto neoliberal vigente, pois era de se esperar uma forte base popular ligada aos movimentos sociais. Entretanto, o que de fato ocorreu foi uma gestão de conciliação de classes (Salvador e Behring, 2019). Os autores descrevem que apesar de alguns deslocamentos não houve um freio “neodesenvolvimentista”, pois não há rupturas com o projeto neoliberal anterior. Todavia, não se pode negar que ocorreram mudanças sociais para a classe trabalhadora, através da expansão dos programas de transferência de renda - Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família, Benefícios Previdenciários etc - , do acesso à moradia - Projeto Minha Casa Minha Vida - expansão do acesso à educação básica mas principalmente superior - SISU, PROUNI, FIES -

⁴⁸ O documentário *Dívida interna, dívida externa*, foi realizado pela TV Cultura em 1990 e traz reflexões de como a dívida do país é construída ao longo da história. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SLxaiUuLVl4>.

A economia política singular da era Lula e que teve continuidade em linhas gerais com Dilma - porém, em um ambiente externo e interno desfavorável, o que teve implicações políticas e econômicas profundas - engendrou impactos materiais intensos sobre a vida dos que viviam em pobreza extrema ou absoluta, mesmo que não pela expansão dos direitos universais, o que implicaria efetivas reformas. Mas, é preciso constatar e reconhecer, favoreceu em proporções muito maiores os ricos, com atenção especial ao agronegócio, as chamadas campeãs nacionais do setor alimentício e da construção civil e ao capital portador de juros nas suas variadas formas, além de atrair capital estrangeiro para o novo Eldorado brasileiro. (Salvador e Behring, 2019, p.177)

Os autores pontuam o crescimento de empregos de baixa remuneração e a tendência de diminuição das taxas de desigualdade de renda, entretanto, muitos destes (as) trabalhadores (as) ainda não acessaram o conjunto dos direitos sociais e não se organizavam coletivamente. É inegável os ganhos sociais, contudo, também é inegável os grandes lucros empresariais⁴⁹ através, por exemplo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como órgão público pertencente ao Ministério da Economia e responsável por financiar diversos investimentos públicos, foi o:

Principal instrumento de formação e alocação do fundo público, o orçamento federal brasileiro, ocorreu um constrangimento permanente do financiamento dos investimentos e das políticas sociais, em função do superávit primário, da DRU e do pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, diga-se, dos mecanismos de ajuste fiscal. (Salvador e Behring, 2019, p.185)

Portanto, foi um governo de ganhos sociais mas principalmente econômicos. No que se refere às políticas educacionais, de acordo com Eliana Bolorino e Ney Almeida (2017), a partir dos anos 2000, ocorre uma expansão desigual das ofertas educacionais visando o enfrentamento da pobreza. Esse discurso conservador não se distancia do apresentado anteriormente por Frigotto (2001) e Leher (1999), pois tanto a teoria do capital humano quanto às diretrizes das organizações mundiais esses são responsáveis por criarem propostas educacionais que não superam as razões estruturais dessas desigualdades, mas criam estratégias governamentais com a finalidade de gerar mais lucros para as empresas.

Longe de representar uma efetiva democratização do acesso à educação formal em seus diferentes níveis, essa evolução mostra como as desigualdades educacionais vêm sendo enfrentadas a partir de investimentos governamentais, e não de políticas de Estado de longa

⁴⁹ Nos primeiros anos (2003 - 2006) de Lula as 227 maiores empresas de capital aberto tiveram lucro líquido de R\$131,694 bilhões, se comparado aos R\$29,281 bilhões no governo FHC. Os 23 bancos brasileiros lucraram mais no governo Lula esse valor passou de R\$26,7 bilhões para R\$54,5 bilhões – um crescimento de 104,2%, provocado pela expansão da indústria de crédito no Brasil. (G1, 2006)

duração, carecendo de um viés estrutural, como observado em outros países. (Almeida e Bolorino, 2017, p. 130)

Nota-se então que a inserção de assistentes sociais se constroi num processo de expansão desigual das ofertas e que expansão não é sinônimo de universalização de acesso à educação.

De forma breve, destaco que após a crise de 2008, especialmente com os rebatimentos pós governos petistas, há uma continuidade da crise econômica no país. Com o impeachment de Dilma Rousseff, seu vice, Michel Temer, inicia o aprofundamento dos projetos de contrarreforma, como: a Reforma da Previdência, Emenda Constitucional (EC) 95, Reforma do Ensino Médio, Reforma Trabalhista etc. Segundo a professora Soraia de Carvalho (2020, p.14) “Os governos pós-golpe já não podem ser caracterizados como democráticos, mesmo que não tenham rompido com a formalidade do regime democrático-burguês”, nessa afirmação Carvalho se refere tanto a Temer quanto ao Bolsonaro, pois ambos acentuam os profundos retrocessos aos direitos sociais e trabalhistas. Após o golpe de Temer, novos rumos são acrescentados para o cenário político brasileiro e causam impactos diretos à educação pública.

Na educação esses retrocessos não são diferentes, pois há um profundo ataque desde a educação básica até às universidades públicas e a produção da ciência, com Bolsonaro. Carvalho, caracteriza o seu governo como sendo sustentado pelo tripé militarista, ultraliberal e obscurantista. Nesse cenário, a educação é um inimigo a ser combatido.

Não só a educação, mas o conjunto das políticas sociais no Brasil tem sofrido anualmente com os desmontes oriundos das reformas permanentes. Tendo como parâmetro a gestão de Jair Messias Bolsonaro e de Lula da Silva (atual presente em seu terceiro mandato), nota-se que grande fatia do orçamento público brasileiro é destinado para o pagamento das dívidas, dados publicados pela Auditoria Cidadã da Dívida em 2020, 2021 e 2024, evidenciam que apesar desse conjunto de ajustes e reformas aconteceram nos anos 1990, não é uma realidade distante da atual, apesar das particularidades sócio-históricas contemporâneas.

Orçamento Federal Executado (pag) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES⁵⁰

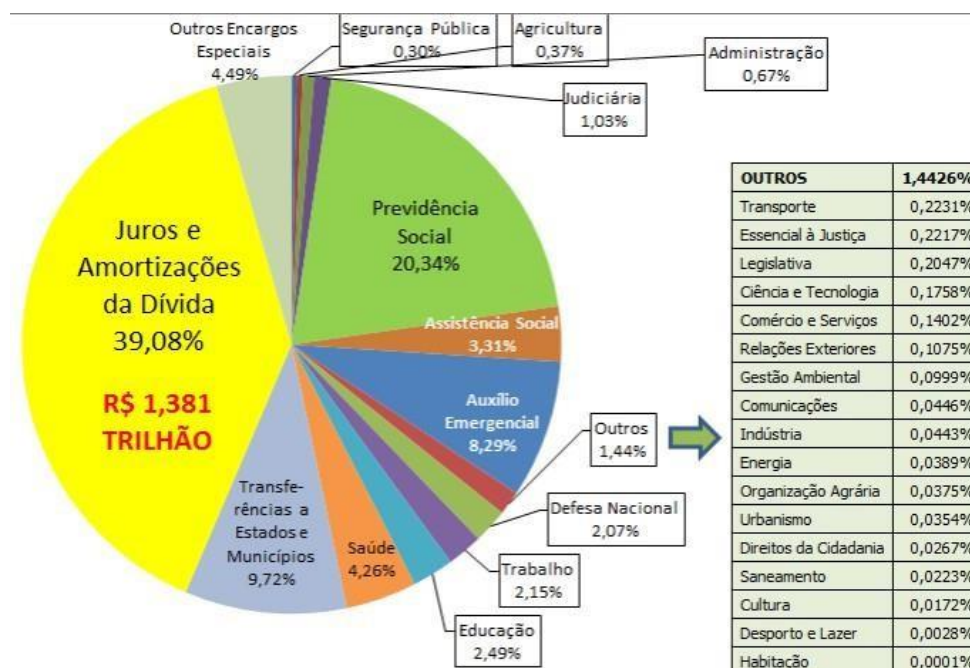


Gráfico 3 : Orçamento Federal de 2020

Fonte: Painel do Orçamento federal (apud Auditoria Cidadã da Dívida)

Esses dados publicados pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) mostra as divisões executadas pelo governo federal no ano de 2020, na gestão de Jair Messias Bolsonaro. Segundo a ACD ocorre um aumento de 33% para o pagamento das dívidas entre os anos de 2019 a 2020, neste contexto, cabe o destaque de que o mundo estava vivenciando o pico do Covid-19, então parte do orçamento inclui gastos para o “Orçamento de Guerra” autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020 para o “enfrentamento” da pandemia. A ACD destaca que esse crescimento de 33%, executado pelo Banco Central, privilegia grandes bancos e investidores nacionais e internacionais. No ano seguinte, os dados expõem a continuidade do aumento com as amortizações das dívidas públicas.

⁵⁰ Os três dados apresentados estão disponíveis no site da Auditoria Cidadã da Dívida, in: <https://auditoriacidada.org.br/>.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2021 = R\$ 3,861 TRILHÕES

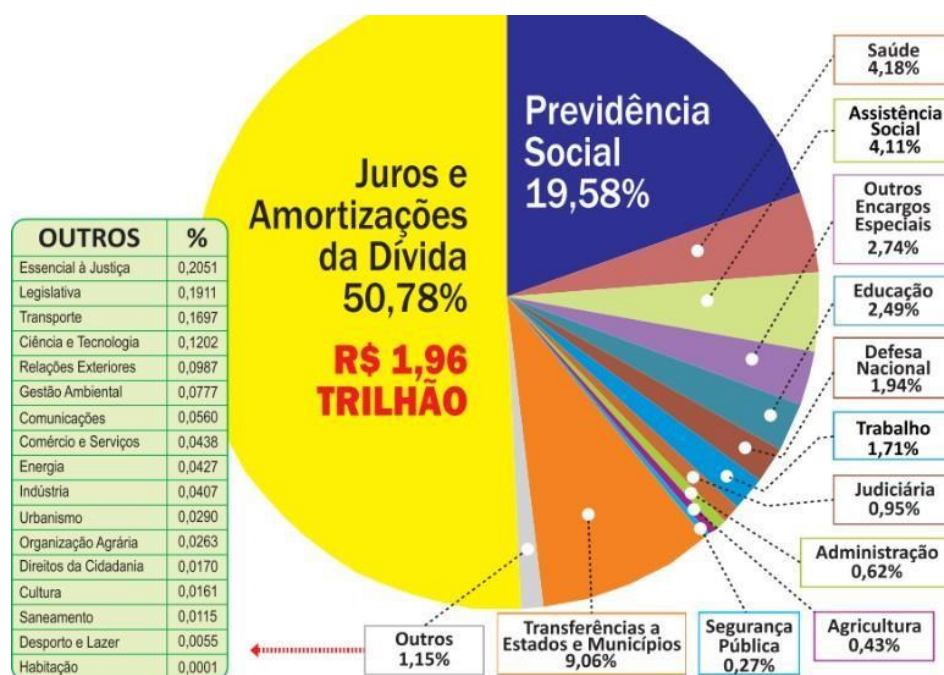


Gráfico 4 : Orçamento Federal de 2021

Fonte: Painel do Orçamento federal (apud Auditoria Cidadã da Dívida)

A ACD apresenta que em 2021 há um aumento de 42% referente ao ano anterior, o que equivale a metade dos recursos orçamentários com o pagamento da dívida pública.

É a velha conversa fiada que se repete a cada governo que chega ao poder no Brasil: nenhum até agora teve coragem suficiente de bater de frente contra os agiotas do sistema financeiro nacional, que consomem, na maioria das vezes, mais de 40% do dinheiro do orçamento da União. A maldade do governo Bolsonaro, que nunca se interessou em defender a população carente, ficou bem clara no veto de R\$3,184 bilhões em gastos, incluindo corte com pesquisa, educação, ações para povos indígenas e cortes no ministério do Trabalho. (ACD, 2022)

Dando um salto de três anos, os dados divulgados referentes ao orçamento público de 2024, no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, mostram a continuidade desse projeto neoliberal em que a maior parte do orçamento é destinado para os juros e amortização da dívida do país.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2024 = R\$ 4,648 TRILHÕES

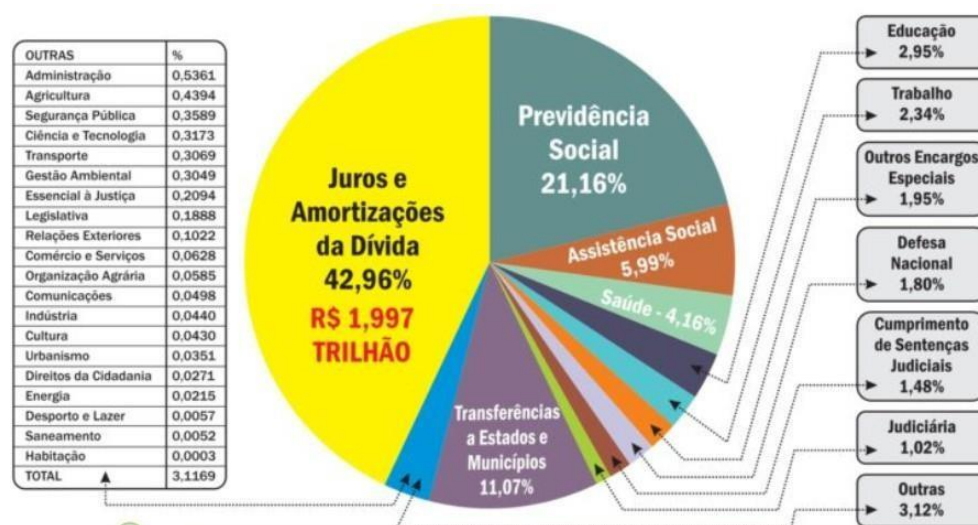


Gráfico 5 : Orçamento Federal de 2024

Fonte: Painel do Orçamento federal (apud Auditoria Cidadã da Dívida)

Esses dados foram expostos a fim de exemplificar de que maneira as exigências internacionais impactam diretamente nas destinações do orçamento público de países dependentes, desde o começo dos anos noventa do século passado, até o contexto contemporâneo. Portanto, a afirmação de Leher (2021) de que não é possível pensar a aplicação das políticas sociais sem conhecer as exigências mundiais, com destaque ao Banco Mundial é imprescindível.

Por fim, a reflexão acerca dessa breve trajetória histórica da Política de Educação brasileira e a inserção de novos (as) profissionais, acrescentada pelas mudanças trazidas pelo neoliberalismo, são atravessadas pelas contradições inerentes ao Sistema Capitalista, assim, a educação tem papel fundamental como ferramenta de uma contra-hegemonia ou da continuidade desse projeto de sociedade. No próximo tópico é analisada como se constroi a inserção de assistentes sociais nesse contexto de avanços e retrocessos da política educacional.

2.2 Inserção do Serviço Social na Educação Básica

Como supracitado, a atuação do Serviço Social na Educação, emerge na gênese da profissão a partir da década de 1930, contudo, a expansão dos debates

e da atuação ganham visibilidade a partir do início do século XXI. Essa visibilidade é fruto da metamorfose da profissão, em consonância com o amadurecimento das três dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, obtidas pela categoria no seu novo e vigente projeto ético-político. Os debates internos dos(as) assistentes sociais acerca da atuação nesse espaço sócio-ocupacional, definido a princípio como “Serviço Social Escolar”, germinam dos debates nos Grupos de Trabalho (GTs) a partir dos anos 2000 e após um longo processo de amadurecimento teórico e político define-se como Serviço Social na Educação. A mudança de nomenclatura faz-se a partir da compreensão de que a educação não se limita ao ambiente escolar, mas é formada por um conjunto de instituições que se articulam dentro da política educacional, assim como as demais políticas que compõem o sistema de proteção social.

A trajetória dessa inserção é exposta em *Diálogos do Cotidiano* (CFESS, 2023), tendo como marco a publicação do artigo de Ney Almeida na revista do CFESS em 2000 intitulado como *Serviço Social na Educação* abre caminhos para o debate. Juntamente com a produção do parecer 23/2000, a primeira forma de organização nacional para um projeto de lei, desenvolvido pela assessora do CFESS, Dra. Sylvia Terra, no qual se discute acerca da implementação de assistentes sociais nas escolas de ensino fundamental e médio.

No mesmo ano é elaborado o Projeto de Lei 3688/2000⁵¹, elaborado pelo deputado José Carlos Elias (PTB) que “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica”, assim, indicava a introdução de assistentes sociais no quadro de profissionais da educação em cada escola por meio da Política de Assistência Social. Segundo o art. 1º “O atendimento previsto no caput deste artigo será prestado por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.” Portanto, de acordo com CFESS (2023), o PL 3600/2000 além de possuir uma perspectiva ainda vinculada ao Serviço Social tradicional, não compreende a diferença entre Serviço Social e Assistência Social⁵².

⁵¹Disponível no site da câmara, em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1115163&filenam.

⁵²A diferenciação entre a profissão de Serviço Social e a Política de Assistência Social é imprescindível, não se pode limitar a atuação do(a) assistente social enquanto atrelado a uma política - como a de assistência social -, pois o objeto de intervenção não são as políticas públicas - apesar de atuar por meio delas -, mas sim as expressões da Questão Social. Portanto, atrelar o Serviço Social a Assistência é voltar para a tradição conservadora que coloca esse profissional como responsável apenas pelo assistencialismo, caridade e filantropia. Assim, esse projeto de lei não dá

Nos anos seguintes (2002 e 2003) esse projeto foi se juntando a outros projetos, no qual a partir de 2003 já se menciona a presença de psicólogos.

Em 2001 os Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS formam o primeiro grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação que constroem uma brochura intitulada como “Serviço Social na Educação”, com o objetivo de discutir essa política no âmbito nacional

Neste documento, se problematizou a função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a assistente social. Incorporou também o parecer jurídico número 23/2000, da Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio. (CFESS, 2011, pág. 5)

Em 2004 e 2005 foi indicada entre a categoria profissional a necessidade de construir os parâmetros para essa atuação no âmbito nacional, tendo em vista as produções de assistentes sociais de todas as regiões do país, o que resulta na elaboração de um parecer com a assessoria do professor Dr. Ney Almeida o documento *“Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”*.

Ainda em 2005, o PL 3600/2000 passa pela Comissão de Educação e Cultura e a deputada e relatora Celcita Pinheiro junta esse projeto com outros, o CFESS (2023) continua a apontar que ainda neste momento o Serviço Social não ver-se representado, pois a deputada aponta a não necessidade de atuação de assistentes sociais na educação ao justificar que tanto o Serviço Social quanto a Psicologia atuam em outras áreas e não são especializados para atuar na educação. Essa visão da falta de pertencimento de assistentes sociais na educação é um desafio atual mas que remete a esse momento histórico.⁵³

Em 2006 foi oficialmente criado um grupo com profissionais de todas as cinco regiões do país, no 35º Encontro Nacional. Entre 2008 a 2011 a gestão do

conta de compreender que a atuação de assistentes sociais e psicólogos na escola, não deve ser por meio do SUS ou da Assistência, mas de uma intervenção própria voltada para as especificidades da Escola. As Políticas se relacionam visando uma proteção social integral, mas cada uma possui suas particularidades de atuação. (CFESS, 2023)

⁵³ “A importância em revisitar a história e recuperar esses argumentos é que, apesar de os anos terem se passado e a obrigatoriedade da/o assistente social e psicólogos/os já ser uma realidade, muitos os reatualizam tal como o mito fundador que não cessa de ser reeditado. Portanto, é incontornável estarmos atentas/os para algumas questões que causam distorções ao processo e influenciam a dinâmica de construção do que irá possibilitar aos/às estudantes da educação Básica um maior acesso aos direitos humanos e sociais, também afinados/as com os princípios da proteção social contidos no ECA.” (CFESS, 2023, p.23)

CFESS-CRESS e os membros do GT mudam e novas atividades são propostas com metodologias de atuação e intervenção, visando o ampliamto desse debate como: análise de projetos de leis nos três âmbitos dos poderes (municipal, estadual e federal) e a avaliação dos projetos de lei que estavam no Congresso Nacional.

Em 2010 começou a ser elaborado o documento “*Subsídios para o Debate do Serviço Social na Educação*”⁵⁴ com o intuito de ser debatido no ano seguinte, além disso no mesmo ano de 2010 já tinha sido aprovado pelo Senado o PL 060/2007 que estabeleceu a obrigatoriedade dos serviços de Psicologia e Serviço Social nas escolas de educação básica da rede pública. Em 2012 este documento anterior ganha alterações e passa a ser os *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*, elaborado pelo conjunto CFESS-CRESS, expõe como deve ser realizada a atuação dos(as) assistentes sociais na rede educacional (formal e popular), tendo como referência o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares da Abepss (1996), na defesa de uma educação pública, laica, universal e de qualidade.

Em 2015, após a tramitação pela Câmara Federal, através das Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), de Educação (CE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e pelas entidades representativas das categorias, o Projeto de Lei ficou pronto para votação na Câmara dos Deputados mas permanecia a questão central: de onde viriam os recursos que garantiriam a contratação dos profissionais incluídos na educação por meio dessa lei? A partir disso, se estabelece os debates acerca do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Além dos desafios expostos nesses anos de luta até a implementação da lei, este PL é vetado pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro em 2019, alegando que:

A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do artigo

⁵⁴Desenvolvido a partir de quatro fases, sendo elas: 1) produção de roteiro para levantamento da inserção dos/as assistentes sociais na educação no Brasil; 2) elaboração de ficha de identificação para mapear em quais modalidades os assistentes sociais estão inseridos; 3) produção de um roteiro para orientar a discussão do Serviço Social na Educação nas regiões e 4) Levantamento bibliográfico das produções teóricas de 2000 a 2010. (CFESS, 2011)

113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do artigo 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei 13.707, de 2018) diz a justificativa do veto. (Agência do Senado, 2019).

De acordo com o CFESS (2023), após o veto de Bolsonaro a categoria profissional se organizou no Congresso para que o veto não fosse aceito e em dezembro de 2019 a lei 13.935/19 foi implementada. Em 2020 foi robustecida pela Lei 14.113/2020 que regulamenta o Fundeb e inclui assistentes sociais como profissionais da educação básica. Mas já em 2021 a Lei 14.276/2021 altera a lei anterior do Fundeb, e entre essas mudanças, ocorre a retirada dos profissionais assistentes sociais e psicólogos por não serem mais considerados profissionais da educação básica, mesmo que a lei 13.935/2019 já definisse esse pertencimento. Apesar disso, o PL 3418/2021 foi aprovado e autoriza os municípios, estados e Distrito Federal a custear, com os recursos do Fundeb, a remuneração desses profissionais de Serviço Social e da Psicologia.

A lei 13.935/2019 foi uma conquista histórica de quase duas décadas de luta das organizações da Psicologia e do Serviço Social, sendo elas o Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira Escolar e Educacional (ABRAPEE), Associação Brasileira de Ensino e Psicologia (ABEP), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Federação Brasileira dos Psicólogos (FENAPSI). Em 2022 essas entidades representativas produziram e publicaram uma cartilha de *“Psicólogas (os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019”* a qual contém a apresentação e subsídios para aplicação da lei, relatórios das ações estratégicas da sua aplicação pela Coordenação Nacional e o debate acerca do Fundeb. Tem-se, também, a publicação de uma cartilha básica, contendo a história da trajetória da lei e os 10 motivos que justificam a presença desses profissionais nas escolas de educação básica.

A portaria nº 31, de 21 de junho de 2024 institui o Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), com a finalidade sistematizar subsídios e recomendações para a implementação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. No ano de 2025 foi publicado pelo Ministério da Educação o *Documento de Subsídios para implementação da lei*

13.935/2019. O documento é estruturado a partir de seis (6) eixos: escopo e atribuições dos(as) profissionais, formação inicial e continuada, valorização profissional e condições de trabalho, articulação com as demais políticas sociais, parâmetros para implementação do serviço, monitoramento e avaliação e orçamento. Foi publicado e divulgado através do Seminário Nacional Implementação dos Serviços de Psicologia e Serviço Social nas Redes de Ensino: Desafios e Possibilidades e transmitido pelo youtube do MEC.

A norma representa um avanço na construção de um ambiente escolar mais inclusivo, acolhedor e atento às necessidades sociais e emocionais dos estudantes. Ela determina que os sistemas de ensino contem com profissionais de psicologia e serviço social para atender às demandas educacionais, em busca da melhoria na convivência escolar e no enfrentamento de questões como evasão escolar, violência, desigualdades sociais e dificuldades de aprendizagem. (MEC, 2025)⁵⁵

Portanto, esse reconhecimento via Ministério da Educação é um grande avanço federal para implementação da lei, tendo em vista que a lei 13.935/2019 é publicada sem aprofundar de que maneira deve ser aplicada, deixando essa tarefa para os níveis municipais. Isto refletiu na baixa aquisição dos municípios nas criações de legislações próprias, que é refletido posteriormente. No item a seguir, é pontuado, brevemente, como tem se dado a introdução de assistentes sociais na educação básica no estado de Pernambuco e em Recife, tendo como finalidade contribuir para futuros estudos e pesquisas a respeito dessa inserção que ainda é incipiente.

2.2.1 Breves apontamentos sobre a inserção do Serviço Social em Pernambuco

Na particularidade pernambucana, a inserção de assistentes sociais e psicólogos tem sido lenta se comparado a outros estados brasileiros, ainda não há uma lei estadual que garanta a aplicação da lei 13.935/2019, mas tem um Projeto de Lei Ordinária N° 561/2019⁵⁶ proposto pela deputada Roberta Arraes (Partido Progressista) que

Dispõe sobre a adoção de medidas para a prestação de serviços de Psicologia e Assistência Social na rede estadual de ensino de educação básica, no âmbito do Estado de Pernambuco, em consonância com a alínea

⁵⁵ In: Inclusão de psicologia e serviço social na educação é debatida (MEC, 2025). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/inclusao-de-psicologia-e-servico-social-na-educacao-e-debatida>.

⁵⁶ O Projeto de lei está disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe) em: <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=5005&tipoprop=p>.

4.7 do Parágrafo único da Lei nº 15.533 de 23 de junho de 2015, Plano Estadual de Educação – PEE, e dá outras providências.

Na justificativa para a implementação do projeto de lei ordinária, a deputada destaca uma das metas do PEE de Pernambuco, no que diz respeito a inserção de profissionais novos visando um melhor desenvolvimento das escolas pernambucanas. A exemplo da inserção de assistentes sociais e psicólogos, com ações preventivas no enfrentamento às violências, evasão escolar, exclusão, preconceitos e agressões, a partir de ações para toda comunidade escolar.

A partir do projeto de extensão Memória e História do Serviço Social em Pernambuco (MESHSSPE), o professor Adilson Júnior mostra em seu acervo a obra *Memória do Serviço Social em Pernambuco (2019)*⁵⁷, ao buscar trabalhos de Conclusão de Curso nos anos 1940, descobre que a presença de assistentes sociais em Pernambuco remonta a essa década, desempenhadas a partir da Secretária de Educação do Estado. Gilvia Silva (2024) apresenta, a partir desses TCCs do MESHSSPE, como se deu a presença dessas profissionais no campo educacional pernambucano, segundo ela, “as secretarias tiveram um papel fundamental no desenvolvimento de políticas educacionais e na implementação de programas voltados para a escolarização básica e a inclusão social” (Silva, 2024, p.42), portanto, a atuação dessas assistentes sociais na educação era por meio dessas secretarias, que passaram por reestruturações ao longo das décadas.

As produções de conhecimento acerca da presença de Assistentes sociais na educação, mostram a sua presença na gênese da profissão, mas ao passar das décadas seguintes, não se tem pesquisas a respeito dessa atuação, que só começa a ganhar novas visibilidades a partir dos anos 1990 e 2000 como supracitado anteriormente. A respeito de Pernambuco, apesar de não existir uma lei própria, o Ministério Público do Estado tem promovido audiências no qual se debate a importância da implementação da lei 13.935/2019.

Em Outubro de 2024 foi realizada uma audiência pública⁵⁸ cujo tema foi “psicólogos e assistentes sociais na rede municipal”. Essa audiência trouxe ao debate a implementação estadual e na capital, Recife, no qual foram divulgados alguns dados. Em nível estadual entre fevereiro e junho de 2024 havia um total de

⁵⁷ Disponibilizado no site do MESHSSPE, em:
<https://mehsspe.wixsite.com/projeto/inventario-do-acervo>.

⁵⁸ A audiência foi publicada no youtube do Ministério Público, em:
https://www.youtube.com/live/7nbX7DGdFwY?si=iCr_D_Aq0LC_CQp3.

76 psicólogos e 32 assistentes sociais, totalizando 108. Estes profissionais não atuam diretamente nas escolas, mas em práticas de prevenção e enfrentamento das violências, viabilizadas a partir de capacitações para os profissionais inseridos nas escolas. Pernambuco é formado por 185 municípios, logo, fica evidente que o número de profissionais está longe de dar conta das demandas reais vivenciadas nas escolas do estado.

Em Recife, durante o mesmo período, se contava com 17 psicólogos e 16 assistentes sociais. Ao entrar em contato com a Secretaria de Educação Municipal, foi perguntado quantos destes profissionais atuavam na cidade e a resposta dada confirma os dados divulgados pela audiência estadual, sendo todos em regime de contrato por tempo determinado. Abaixo segue tabela com o quantitativo lotado por Regional:

ASSISTENTE SOCIAL	
Lotação	Quantidade
Regional 1	4
Regional 2	2
Regional 3	6
Regional 4	4
Total da Rede	16

Tabela 10: Quantidade de Assistentes Sociais em Recife
Fonte: Secretaria de Educação de Recife (2024)

Nesse mesmo despacho foi mencionado que a Rede Municipal de Ensino do Recife atualmente é composta por 101 creches/creches-escola, 212 escolas municipais, 25 EMTIs, 63 unidades parceiras, 15 UTECs e 20 anexos. No qual o perfil dos estudantes da rede atende desde a educação infantil (0 meses) até os anos finais do ensino fundamental (15 anos), incluindo a educação de jovens e adultos. De acordo com o Censo Escolar de 2023, as taxas de abandono são:

- Anos Iniciais: 0,2%
- Anos Finais: 0,4%
- Total Ensino Fundamental: 0,2%

Ao questionar acerca das políticas de permanência escolar municipal foi informado que a Secretaria de Educação (SEDUC), conta com a Secretaria Executiva de Gestão de Rede (SEGRE), que inclui a Unidade de Atendimento Social Emocional (UASE), e que esta contribui significativamente para garantir a permanência dos estudantes por meio do programa Busca Ativa Escolar (BAE), financiada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esse programa localiza de forma tecnológica informações sobre os estudantes do município que apresentem infrequência escolar constante, com uma equipe responsável por fazer os respectivos encaminhamentos. Segundo a Secretária, a BAE é uma iniciativa que compreende a complexidade das razões que levam crianças e adolescentes a abandonarem a escola, como gravidez na adolescência, bullying, doenças, violências diversas, conflito com a lei, entre outros.

Este programa reúne a presença das políticas de Educação, Saúde e Assistência Social, com o objetivo de compreender as causas e garantir o acesso a outras políticas públicas. Através de encaminhamentos para equipamentos públicos, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidade Básica de Saúde (UBS) e outros. Portanto, visa não apenas reduzir a infrequência escolar, mas também fortalecer a rede de proteção municipal. A hipótese é de que o Serviço Social no Recife esteja atuando em programas como este e nas próprias secretarias educacionais. Entretanto, sabe-se que uma atuação qualificada desses profissionais deveriam contar com sua presença diária, diretamente nas escolas, com a finalidade de trabalhar não só com os programas estratégicos, mas com a totalidade das demandas requisitadas por toda a comunidade escolar. Assim, os dados mostram que é insuficiente a quantidade desses profissionais tanto no Estado de Pernambuco quanto na cidade do Recife.

Por fim, cabe destacar que a luta pela implantação da lei 13.935/2019 permanece um debate e disputa atual, porque apesar das orientações nacionais, a maioria dos Estados e Municípios ainda não efetivaram a inserção de assistentes sociais nas escolas de educação básica. O que tem-se visto é concursos e seleções para atuação nas secretarias de educação municipais ou estaduais, mas não no cotidiano diário das escolas. Portanto, as produções de conhecimento são

fundamentais para aprofundar o debate e subsidiar a prática profissional na educação básica.

3. PRODUÇÕES DE CONHECIMENTO DA INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Neste último capítulo são apresentadas as considerações acerca das produções de conhecimento que o Serviço Social tem publicado entre os anos de 2012 a 2023. Essas produções são extraídas a partir dos anais publicados nos sites das entidades representativas, através de eventos participativos como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess). Além de publicações realizadas pelo grupo de estudos pesquisas sobre Serviço Social na educação (GEPESSSE), organizado pela parceria interinstitucional entre Eliana Bolorino (UNESP) e Ney Almeida (UERJ) que realizam encontros, pesquisas e estudos acerca da temática, dando ênfase às suas últimas produções com foco na inserção profissional em todo território nacional.

Além dessas produções mais internas a categoria profissional, também é posto como reflexão como está se materializando a implementação nacional da lei 13.935, publicada em 2019, a partir tanto da apresentação de legislações estaduais e municipais que estabelecem a presença de assistentes sociais e psicólogos na política de educação, quanto de seleções e concursos públicos.

O argumento central deste item é de que a partir da implementação, nos estados e municípios, de leis próprias que insiram assistentes sociais na educação básica, conseqüentemente, têm-se maiores números de produções científicas a respeito da inserção. Não à toa os estados e municípios que mais produzem artigos, tcc's, teses e dissertações são os que tem algum projeto ou lei própria. Portanto, as produções acadêmicas andam simultaneamente com os avanços legislativos para além da lei nacional 13.935/2019.

3.1 Principais produções de conhecimento sobre a inserção do Serviço Social na educação básica

Este trabalho não tem como objetivo discutir a atuação profissional, mas as produções de conhecimento da inserção na educação básica. Todavia, sabe-se que o conhecimento das legislações e documentos são imprescindíveis para uma

atuação qualificada e comprometida com os direitos da classe trabalhadora. Os *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação (2012)* é o principal documento do conjunto CFESS-CRESS para orientar a atuação dos(as) assistentes sociais na rede educacional (formal e popular). Nele estão contidas as competências, atribuições, direitos e deveres tendo como parâmetro as legislações - Lei de Regulamentação da Profissão e Código de Ética Profissional - e os documentos produzidos pelas entidades representativas profissionais.

Portanto, apesar da atuação não ser o foco da discussão, vale destacar que neste espaço sócio ocupacional, ela visa a garantia do acesso, permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação (CFESS, 2012).

- Acesso: às legislações apresentadas anteriormente definem a educação como direito social fundamental, portanto, apesar da maior intervenção dos(as) assistentes sociais ser neste âmbito de garantir o cumprimento das leis de acesso à escola, cabe o entendimento de que a atuação não pode se restringir a essa demanda, mesmo que seja de fundamental importância. Todavia, sabe-se que esse acesso ao conjunto da classe trabalhadora é uma dívida histórica brasileira, assim, a atuação precisa dar conta de um conjunto de requisições necessárias para garantir um acesso que seja igualitário e com qualidade. A requisição de assistentes sociais é para operarem diretamente com as políticas, programas e projetos no campo da assistência estudantil e nas ações afirmativas, seja na esfera pública, ou na esfera privada empresarial e filantrópica. No aspecto político cabe a importância que a profissão tem, junto aos movimentos sociais, na defesa do acesso à educação pública, universal, laica, crítica e de qualidade.
- Permanência: Juntamente com as de acesso, às políticas de permanência são de grande intervenção dos(as) assistentes sociais. Visam à garantia de ações configuradas a partir de políticas, programas e projetos específicos para atendimento dos(as) estudantes. Nas instituições privadas os(as) profissionais atuam majoritariamente nos programas de bolsas escolares. Todavia, na

educação básica ainda não se vê ações que de fato garantam essa permanência, com exceção da política de assistência estudantil que é voltada para o ensino médio.

- **Qualidade da educação:** A atuação profissional na defesa de uma educação de qualidade é construída a partir da defesa do princípio ético da emancipação humana, pois só é possível pensar numa qualidade quando os(as) estudantes são capazes de pensar criticamente a partir do acesso às produções científicas, filosóficas, sociais e tecnológicas construídas ao longo do desenvolvimento das sociedades. Todavia, além desse conjunto de habilidades intelectuais e formativas propostas pelas legislações que estruturam a política de educação, cabe a intervenção de assistentes sociais ancorada na defesa do respeito à diversidade humana. Com pautas contra o machismo e sexismo, anti racistas, LGBTQIAPN+ fóbicas, anti capacitistas, anti etarista - ou seja, contra todas as formas de opressão. Uma educação de qualidade é a possibilidade de conhecer e buscar alternativas para uma contra-hegemonia. Portanto, não é tarefa exclusiva de uma profissão, mas do conjunto da classe trabalhadora.
- **Gestão democrática:** A Constituição Federal de 1988 garante a participação social nas diferentes esferas das políticas públicas, como gestão, formulação e controle social; assim a população antes excluída dos processos de decisão passam a participar ativamente das decisões. Neste sentido, nas escolas e na política educacional como um todo, os espaços de controle social e da própria gestão democrática é realizada por toda a comunidade escolar (alunos, gestão, profissionais e comunidade). No ambiente escolar os grêmios estudantis, associação de pais e mestres e os conselhos escolares são as principais instâncias para a garantia de uma gestão democrática. Por fim, a atuação de assistentes sociais para com a gestão democrática não deve estar dissociada de uma luta geral por

uma nova ordem societária que ultrapassa a própria educação, mesmo que compreenda seu papel fundamental e estratégico.

Vale pontuar que o público usuário não se restringe apenas aos(as) estudantes, mas a toda comunidade acadêmica que envolve os profissionais, os responsáveis, a comunidade, os movimentos sociais envolvidos e toda a rede que compõe a educação. Ou seja, não é uma atuação individualizada, mas que abrange a coletividade dentro e fora dos muros da instituição.

Tendo como objetivo a discussão acerca das produções de conhecimento, no Art. 5º da Lei de Regulamentação - lei 8.662/1993 - são definidas as treze atribuições privativas⁵⁹ do Serviço Social, entre essas, destaco o inciso I que indica seu papel para “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social”. Este é o principal indicador de que as produções de estudos e pesquisas compõem parte central da atuação profissional, além de fundamentar o seu cotidiano de trabalho.

Os subsídios do CFESS (2012) expõem que as ações profissionais exigem as dimensões técnica-operativa, teórico-metodológica e ético-política, isto é, condições teóricas e técnicas. Sendo as abordagens individuais junto às famílias, intervenção coletiva com os movimentos sociais, dimensão investigativa e educativa, além do gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços educacionais. Referente a dimensão investigativa, que será apresentada posteriormente, segundo o documento do CFESS

Ela contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua e requer a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, para além da empiria e de sua aparência e previamente pensados, constando do projeto de intervenção profissional. (CFESS, 2012, p. 52)

Ana Elizabete Mota (2013) descreve o Serviço Social brasileiro pós renovação como constituído a partir de duas dimensões: profissão e área de produção de conhecimento. A autora destaca que essas particularidades são próprias do Serviço Social brasileiro, pois em alguns países essa vinculação não é feita, tendo em vista a atuação, majoritariamente, voltada para prática ou inserção

⁵⁹ Entende-se competência como a possibilidade de desenvolver algum tipo de atividade se tiver com determinada habilidade técnica, mas que não é uma atividade exclusiva da profissão. Diferente das atribuições que são funções privativas que só podem ser exercidas por determinada profissão, a exemplo, do Serviço Social.

profissional de forma terapêutica. Nos tópicos anteriores pode-se notar que a renovação brasileira é construída por mudanças externas à profissão - contexto social, político e econômico do país - mas por outro lado, a partir de aproximação com o legado marxista e com os movimentos sociais e populares nos anos 1980. Portanto, essa “virada” traz o que Mota chama de “cultura intelectual” de base crítica marxista, assim, a hipótese da autora é que

O Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão. (Mota, 2013, p.18)

Nas palavras da autora, a unidade entre teoria - produção de conhecimento - e a prática - intervenção profissional - não podem ser confundidas com identidade, pois apesar de serem complementares possuem suas diferenças. Assim, não pode haver uma separação entre os(as) profissionais que produzem conhecimento e os(as) que intervêm, pois além de remeter ao início da profissão quando era apenas interventiva, não estaria de acordo com as mudanças oriundas pelas categorias profissionais, no qual se insere a elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais. No que se refere às particularidades entre a intervenção e a produção de conhecimento, segundo Mota

Essas dimensões possuem vínculos e se referem à realidade objetiva, porém encerram distinções: enquanto a produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, também ele referenciado por aquela produção, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de políticas e projetos sociais. Nesse sentido, não há nenhuma hierarquia ou dicotomia, mas a existência de patamares diferenciados da intervenção social do Serviço Social. (Mota, 2013, p.19)

Portanto, constata-se que a particularidade do Serviço Social brasileiro é alicerce de uma vanguarda mundial, tendo em vista a sua formação e intervenção, majoritariamente, de base crítica. Essa massa de assistentes sociais críticos(as) não se limita aos espaços sócio ocupacionais em que atuam, mas a totalidade da sua compreensão sobre as “leis gerais e universais que regem uma determinada realidade, historicamente desenvolvida, oferecendo aportes para compreender e transformar a realidade.” (Mota, 2013, p.19). Tendo a produção de conhecimento como objeto de análise deste tópico, entende-se a dimensão investigativa do

Serviço Social como imprescindível para sustentar a atuação a partir da apreensão teórica vista na formação e nas produções de conhecimento.

Para Yolanda Guerra, a formação em Serviço Social, a partir da sua renovação, requer um determinado perfil profissional capacitado para assimilar as suas dimensões *interventivas* e *investigativas*. Ao discutir, anteriormente, acerca das atribuições, competências e os princípios presentes na Lei de Regulamentação Profissional e no Código de Ética, notou-se que a pesquisa compõe o conjunto das atribuições e competências, pois estas não são realizadas sem uma base de sustentação teórico crítica.

Daí a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica. (Guerra, 2009, p. 1)

Dessa forma, a pesquisa (alicerce da dimensão investigativa) qualifica a formação e a atuação profissional, ao visar conhecer a realidade social na qual se insere (capitalista), a instituição na qual atua, as políticas sociais, as expressões da questão social, as estratégias de intervenção, as relações estruturais e estruturantes de raça, gênero e classe, além do cotidiano vivenciado pelos(as) usuários(as). Essa identificação do real, conhecida através de várias aproximações, possibilitam a qualidade dos serviços prestados aos usuários inseridos nas contradições do Estado e nas lutas de classes. Para Guerra (2009, p. 2), “a pesquisa garante o estatuto de maioria intelectual para a profissão”, na qual a apreensão do conhecimento não se constroi mediante o senso comum ou a intuição, mas pela razão crítica-dialética. Portanto, a dimensão investigativa e a interventiva estão efetivamente correlacionadas e a qualidade de uma requer a da outra.

Destaca-se a pesquisa como um importante e necessário instrumento de intervenção profissional, contribuindo para o aprofundamento das discussões em torno de um objeto de estudo e servindo para a qualificação da ação profissional, seja, enquanto pesquisador, no âmbito da construção do conhecimento científico, subsidiando a transformação do real, quanto no âmbito da atuação profissional nos diferentes espaços sociocupacionais que se inserem os profissionais. (Silveira, 2018, p. 13)

Pode-se identificar a dimensão investigativa em várias atividades cotidianas realizadas por assistentes sociais, como em entrevistas domiciliares ou

institucionais, estudos sociais, pareceres, laudos, relatórios, pesquisas (sejam acadêmicas ou nas práticas profissionais), pois todos estes requerem conhecimentos teóricos prévios e durante o processo outros são construídos.

No que tange a dimensão investigativa, as produções de conhecimento difundidas em revistas, grupos ou eventos da categoria representam o avanço profissional para fundamentar a sua intervenção. Portanto, nos subtópicos a seguir, serão apresentados, brevemente - pois requer maiores aprofundamento - produções de conhecimento selecionadas que discutem a inserção do Serviço Social na educação básica, a partir do CBAS e do Enpess, além dos publicados pelo GEPESS, com a finalidade de refletir o que se tem produzido dentro dos debates da categoria em torno deste tema.

3.1.1 Produção de Conhecimento das entidades representativas

Para demonstrar os caminhos percorridos pela produção de conhecimento do Serviço Social na educação básica, prioritariamente, no que se refere a sua inserção na rede de educação básica pública, foram selecionadas algumas produções publicadas pelos principais eventos de divulgação dos profissionais, sendo o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) do conjunto CFESS-CRESS; e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) da Abepss. Essas produções foram selecionadas a partir de três critérios metodológicos, sendo a leitura dos: títulos, resumos e referências. Os filtros usados para essa pesquisa e seleção foram o marco temporal entre os anos de 2012 a 2023, sendo as palavras chaves buscadas: Produção de conhecimento, inserção do Serviço Social na Educação Básica Pública e lei 13.935/2019.

Em *Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional*, publicado em 2023, o conjunto CFESS-CRESS, discute sobre o trabalho de assistentes sociais na educação básica. Este documento apresenta as coletas de dados dessa inserção, tanto na dimensão *legislativa* - sendo as leis municipais e estaduais, além dos concursos e seleções públicas - quanto nas *produções de conhecimento da categoria* - no que diz respeito a publicações acadêmicas, grupos de pesquisa, formação e capacitação.

No que se refere às produções de conhecimento, a tabela 1 apresenta a seleção de produções de conhecimento em livros, artigos, trabalhos de Conclusão

de Curso (TCC) e Dissertações que de modo geral, discutem a profissão na educação básica, entre as 43 produções acadêmicas coletadas entre 2000 a 2022, onze (11) tem títulos sobre “inserção do Serviço Social na Educação básica” ou “Lei 13.935/2019”. A obra ainda destaca o ano de 2021 como momento de grande mobilização da temática, após dois anos da Lei 13.935/2019, numa conjuntura pandêmica e do governo conservador de Jair Messias Bolsonaro.

Classificação	Retirado:	título:	Ano:
artigo	CFESS - diálogos do cotidiano	A inserção do Serviço Social na Política da Educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional	2012
artigo	CFESS - diálogos do cotidiano	A inserção do assistente social na política de educação básica no Brasil	2018
Livro	CFESS - diálogos do cotidiano	Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação	2019
artigo	CFESS - diálogos do cotidiano	Possibilidades de intervenção do assistente social na educação básica com base na Lei 13.935-2019	2020
artigo	CFESS - diálogos do cotidiano	A inserção do assistente social no âmbito da educação	2021
artigo	CFESS - diálogos do cotidiano	Editorial - Psicologia escolar, implementação da lei 13935/19 e enfrentamentos à pandemia	2021
Capítulo de livro	CFESS - diálogos do cotidiano	Conhecendo a inserção de Assistentes Sociais na Educação básica nos Estados da BA, PA, RJ e SP: a singular trajetória do GEPESS	2021
TCC	CFESS - diálogos do cotidiano	A Inserção dos Assistentes Sociais na Política de Educação: Desdobramentos dos Governos de 2016 a 2020	2021
TCC	CFESS - diálogos do cotidiano	Serviço Social na rede pública de educação básica - movimentos e debates para a regulamentação da Lei nº13.935/2019	2021
TCC	CFESS - diálogos do cotidiano	A inserção do serviço social na política de educação: história e desafios em Santa Catarina	2022

Tabela 1: Trabalhos Publicados pelo CFESS

Fonte: Elaboração própria sistematizada a partir da obra do CFESS

Acerca desses dados, conclui-se que apesar de terem sido estabelecidas produções importantes para subsidiar os debates da inserção do Serviço Social nas escolas, ainda foram poucas em números, pois o debate fez-se novo, mesmo que a atuação não fosse.

Ainda no que se refere às produções de conhecimento, a tese da Dra. Silvia Regina Silveira, intitulada como "*A produção do conhecimento do serviço social sobre a inserção profissional na política pública de educação no Brasil: desafios e perspectivas no âmbito do projeto profissional*" (2017), apresenta os resultados obtidos pela autora das produções acadêmicas do Serviço Social, que abordaram a inserção profissional da política de educação, a partir dos dois principais eventos do Serviço Social, sendo eles o CBAS e o ENPESS, entre os anos de 2008 a 2016. Mas partindo do recorte temporal, esta pesquisa seleciona os dados a partir de 2012 até 2016.

Assim, no CBAS de 2013, entre as 1120 publicações, a autora selecionou 52 que discutem a educação neste encontro, sendo 4,64% do total. Destas 52 selecionadas, apenas 3 têm títulos que direcionam o entendimento que serão discutidas a *inserção* profissional na educação básica.

Retirado:	Autor(a)	Evento	título:	Ano:
Silveira (2017)	Silvia Regina Silveira	CBAS	a inserção do assistente social na política de educação: desafios e possibilidades	2013
Silveira (2017)	Marla Cristina Barbosa Santos	CBAS	a inserção do assistente social na política de educação	2013
Silveira (2017)	Maria de Fátima Nunes Ferreira	CBAS	a inserção do assistente social na educação	2013

Tabela 2: Trabalhos Publicados pelo CBAS em 2013

Fonte: Elaboração própria sistematizada a partir da tese de Silvia Silveira

Esse baixo nível de produção evidencia que a categoria profissional, neste momento, discutia, de modo seminal, essa inserção. Cabe pontuar que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais constitui-se num importante espaço de diálogo, reflexão e organização coletiva de assistentes sociais de todo o país. Assim, esse é o maior evento de Assistentes Sociais e no fim são divulgados os Anais com todas as publicações.

No ano de 2016, foram publicados 1427 trabalhos científicos, destes a autora seleciona 74, o que equivale a 5,18% do total. Essa terceira tabela demonstra que no Congresso de 2016 já aconteceu um crescimento de produções sobre a inserção, passando de 3 (2013) para 4 (2016).

Retirado:	Autor(a)	Evento	título:	Ano:
Silveira (2017)	Jonathan Carneiro Carvalho e Wesleya Silva Dias	CBAS	Políticas públicas educacionais, questão social e a inserção do assistente social nas escolas de ensino fundamental de Miranorte – todos saberes dos profissionais de educação.	2016
Silveira (2017)	Giana Carla Laikovski	CBAS	A Inserção Do Assistente Social Nas Escolas Públicas De Jaraguá Do Sul: Um Relato De Experiência De Orientação De Pesquisa	2016
Silveira (2017)	Lorena Ferreira Portes, Claudia Neves, Da Silva, Relly Amaral R. Vicente, Heloizy Da Silva Viotto	CBAS	Contribuição para o debate sobre a inserção do serviço social na área da educação: relato de uma experiência com estudantes do ensino fundamental	2016
Silveira (2017)	Marenilse Saturnino da Silva, Silvia Dabdab Calache Distler	CBAS	refletindo a política de educação no brasil e a inserção de assistentes sociais	2016

Tabela 3: Trabalhos Publicados pelo CBAS em 2016
Fonte: Elaboração própria sistematizada a partir da tese de Silvia Silveira

De modo geral, esses trabalhos tem como conteúdo a atuação e a inserção de assistentes sociais em espaços educacionais, além de mostrar seus desafios e possibilidades em contextos municipais e/ou estaduais. Nas referências, Ney Almeida, Marilda Iamamoto e Gaudêncio Frigotto são os mais citados, além dos documentos produzidos pelo CFESS. Outros trabalhos publicados no CBAS podem discutir a inserção de assistentes sociais, mas não colocam essa indicação nos títulos, estes selecionados constam a palavra inserção nos títulos e nos resumos.

No que se refere ao ENPES, no ano de 2012 são publicados 1343 trabalhos, destes são selecionados 39, que equivale a 2,90%. Foram selecionados 4, que indicam fazer uma discussão sobre a inserção, a partir dos títulos, resumos e referências. O que reflete que tanto no CBAS quanto no ENPES as discussões estavam presentes, mas ainda de forma embrionária.

Retirado:	Autor(a)	Evento	título:	Ano:
Silveira (2017)	Francine Helfreich Coutinho dos Santos	ENPESS	Educação básica e o trabalho do assistente social: notas para pensar o processo de ampliação da requisição profissional e possibilidades de ação	2012
Silveira (2017)	Ernny Coêlho Rêgo	ENPESS	Serviço Social e educação: avanços e desafios dos assistentes sociais inseridos em instituições escolares.	2012
Silveira (2017)	José Albuquerque Constantino	ENPESS	a inserção do serviço social na educação: discutindo esse espaço sócio-ocupacional	2012
Silveira (2017)	Aparecida Maria Gonçalves e Deborah Naiara Leal Aguiar	ENPESS	o trabalho profissional do assistente social nas instituições de ensino: uma inserção possível e necessária	2012

Tabela 4: Trabalhos Publicados pelo ENPESS em 2012
Fonte: Elaboração própria sistematizada a partir da tese de Sílvia Silveira

No ENPESS de 2014 são um total de 1097 publicações, selecionadas 27 pela autora, que equivale a 2,46%. Foram selecionadas duas que discutem a inserção profissional, assim, houve uma diminuição de produções.

Retirado:	Autor(a)	Evento	título:	Ano:
Silveira (2017)	Não identificado	ENPESS	inserção do assistente social na política de educação: reflexões críticas da educação enquanto direito social	2014
Silveira (2017)	Não identificado	ENPESS	o serviço social na educação: a importância da inserção do assistente social nas escolas públicas	2014

Tabela 5: Trabalhos Publicados pelo ENPESS em 2014
Fonte: Elaboração própria sistematizada a partir da tese de Sílvia Silveira

Em 2016 o ENPESS publica o menor número destes anos de produções sendo 917, destas 21 são selecionadas, equivalente a 2,29% do total. Destas 2 discutem a inserção profissional.

Retirado:	Autor(a)	Evento	título:	Ano:
Silveira (2017)	Scharleni Strey e Carla Rosane	ENPESS	O direito à educação na sociedade capitalista: a necessária inserção do	2016

	Bressan		assistente social na política de educação básica pública estadual e nos municípios da grande florianópolis	
Silveira (2017)	Thais Sousa Silva Larissa, Ivete Lopes De Carvalho Camilla Maria De Lima Ferreira	ENPESS	A realidade educacional no município de abaaetetuba/pa e a importância da inserção do assistente social no âmbito escolar	2016

Tabela 6: Trabalhos Publicados pelo ENPESS em 2016

Fonte: Elaboração própria sistematizada a partir da tese de Silvia Silveira

Por fim, nota-se o avanço do debate ao passar dos anos, especialmente, após a implementação legislativa federal, mas que ainda precisa de ampliação, tanto nas produções acadêmicas, quanto nas legislações estaduais e municipais. No tópico seguinte é posta outras produções disponibilizadas pelo GEPESSSE, com o objetivo de analisar essas produções por meio de outras fontes.

3.1.2 Produção de Conhecimento publicada pelo GEPESSSE

Sendo o grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSSE) um dos mais importantes grupos de pesquisa de educação no país, também serão expostos os anais publicados pelo grupo. No que se refere às produções dos anais do GEPESSSE, no ano de 2017 foi realizado o *I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação e V Fórum Serviço Social na Educação do GEPESSSE: A Educação e o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital*. Houve, no total, 35 trabalhos com o tema Educação Básica, Ensino superior (32), Educação Profissional e Tecnológica (27), Educação Especial e EJA (4), Movimentos Sociais da Educação (7) e Dimensão Socioeducativa do Trabalho dos Assistentes Sociais (26). Resultando um total de 131 produções.

Fonte	localidade	Autor(a)	Evento	título	Ano
GEPESSSE	João Pessoa -PB	ANDRADE, A. C. OLIVEIRA, C. C RIBEIRO, G. A.	I Seminário Internacional e V Fórum	Visitando o passado, entendendo o presente, pensando o futuro: o serviço social na educação no município de João Pessoa/pb	2017

Fonte	localidade	Autor(a)	Evento	título	Ano
GEPESE	São Paulo	SANT'ANNA, C. O. YAMAMOTO, M. I. T. JARA, C. A. JESUS, L. B.	I Seminário Internacional e V Fórum	O processo de implantação do serviço social na política de educação no município de Salto: primeiros desafios	2017
GEPESE	São Paulo	SANTOS, A. D.	I Seminário Internacional e V Fórum	A Atuação Do Serviço Social Na Política De Educação No Município De Diadema-SP	2017
GEPESE	Rio de Janeiro	CASSIA, C. E. M. F. JUNIOR, P. S. F.	I Seminário Internacional e V Fórum	O Serviço Social No Campo Da Educação Em Campos Dos Goytacazes/Rj Relato De Uma Trajetória	2017
GEPESE	João Pessoa-PB	BARBOSA, M. J. C. ANDRADE, A. C. DIONÍSIO, L. R. COSTA, J. C. C. P.	I Seminário Internacional e V Fórum	Diálogos interdisciplinares na educação básica: um olhar a partir do serviço social, da pedagogia e da psicologia escolar	2017
GEPESE	Rio Grande do Sul	SANTOS, A. M. D. DENTZ, M. V. KERN, F. A.	I Seminário Internacional e V Fórum	Serviço Social na educação básica brasileira: um levantamento da produção científica	2017
GEPESE	Rio de Janeiro	MOREIRA, C. F. N.	I Seminário Internacional e V Fórum	Por Que Trabalhar No Chão-Da-Escola?	2017

Tabela 7: Trabalhos Publicados pelo GEPESE em 2017

Fonte: Elaboração própria sistematizada a partir dos anais do GEPESE

No que se refere às produções da educação básica, notou-se que poucos trabalhos discutem a inserção profissional. Portanto, os que foram selecionados mostram essa inserção, seja no título, resumo ou bibliográfica, mesmo que não utilizem essa palavra propriamente dita no título da pesquisa. De modo geral, tratam de temas como a história da educação básica e as produções de conhecimento da categoria sobre Serviço Social e Educação, para posteriormente apropriar-se das realidades estaduais e/ou municipais, ao mostrar como tem sido a inserção de assistentes sociais, majoritariamente dos trabalhos, destacam essa atuação por meio das secretarias municipais de educação. Os autores(as) mais utilizados como

referências desses debates, depois do CFESS, têm sido: Ney Almeida, Gaudêncio Frigotto, além das legislações federal, estaduais ou municipais.

Os Estados que mais têm produzido acerca da temática supracitada, a partir desses dados, são: São Paulo, Rio de Janeiro e Paraíba, a partir disso nota-se que esse dado se relaciona com as legislações, pois os estados ou municípios que têm alguma legislação são os que mais tem produzido a respeito.

3.1.3 Reflexões acerca das legislações e dos concursos que inserem assistentes sociais na educação básica

Além das produções de conhecimento, também foram analisadas publicações de algumas regulamentações/legislações locais. Tendo em vista que a Lei 13.935/2019 descreve que no art. 2º que “Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições”. Cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios criarem suas próprias legislações para garantir a aplicação da lei nacional.

Assim, a tabela 8 sintetiza algumas regulamentações municipais com a finalidade de analisar como estes têm determinado a presença de assistentes sociais na educação básica.

Regulamentação da Lei (Minuta Lei, Regulamentações, etc)	Estado/Município	Disposições
Decreto nº 19.641, de 30 de junho de 2022.	SC/Lages	Dispõe sobre o programa de prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social no Sistema Municipal de Educação, atendendo a lei Federal nº13.935 de 11.12.2019 e dá outras providências.
Lei Municipal 2.368/2018	MG/Pirapora	Segundo a Prefeitura de Pirapora garante a regulamentação e estruturação do trabalho de psicólogos e assistentes sociais na Rede Municipal de Ensino, em conformidade com a Lei Municipal 2.368/2018 e a Lei Federal 13.935/19. (Hebert Vinicius, 2022)
Lei nº 3.812, de 15 de Dezembro de 2021.	PR/Araucária	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e Serviço Social na Rede Pública de Ensino do Município de Araucária (...)
Lei 1035/2021	PA/Concórdia do Pará	Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia, Serviço Social, Psicopedagogo e

		Pedagogo nas redes públicas de educação básica do Município de Concórdia do Pará
Lei N° 18.354/2022	SC (Lei Estadual)	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública estadual de educação básica.
Decreto 1342/2021	SC/Guabiruba	Regulamenta a lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.
Projeto de Lei Complementar Municipal N° 003/2022	MT/Curvelândia	Regulamenta a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.
Projeto de Lei 156/2021	RJ/Campos dos Goytacazes	não encontrado
Projeto de lei 20/2024	CE/Tauá	Dispõe sobre a criação do Núcleo de Mediação Socioescolar (NUMESE) com equipe multiprofissional, integrante da rede pública de educação básica do Município de Tauá (...)
Resolução SEE 4701, de 14/01/2022	Minas Gerais	Dispõe sobre a atuação dos profissionais de psicologia e serviço social na rede estadual de ensino de Minas Gerais.
Lei Municipal nº 11.385/2008	João Pessoa (PB)	Cria o Serviço Social escolar nas escolas públicas do município de João Pessoa e adota outras providências.
Decreto nº 63.135/2024	São Paulo, SP	Regulamenta a Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Tabela 8: Legislações para atuação do Serviço Social na Educação básica

Fonte: CFESS - Observatório Participativo do Serviço Social na Educação Básica e próprias

Ao verificar essas legislações, resoluções ou Pls percebe-se um avanço, ainda em níveis curtos, mas significativo da implementação da lei 13.935/2019 nos Estados e Municípios, esses dados foram disponibilizados pelo caderno do CFESS com a limitação temporal de junho de 2022. A partir de pesquisas recentes (2025) esse trabalho fez atualizações dessas legislações, com o intuito de atualizar o que houve de mudança. De modo geral, majoritariamente, determinam a presença de psicólogos e assistentes sociais nas equipes multiprofissionais das secretarias de educação. Segundo o CFESS (2023), nos 5570 municípios em território nacional,

pode-se indicar que há baixa adesão de leis municipais próprias que regulamentam a atividade de assistentes sociais no ensino básico. Os Estados que mais dispõe dessa regulamentação são Minas Gerais (MG) e Santa Catarina (SC), cuja abrangência e cobertura atingem cerca de 1/5 dos municípios brasileiros, 853 em MG e 295 em SC. Cabe a observação da lei implementada em João Pessoa, no ano de 2008, quando ainda nem existia uma lei federal.

Tendo em vista essas considerações, foram selecionadas deste mesmo caderno, algumas seleções e concursos públicos, com a finalidade de analisar como está sendo a inserção. Assim, nota-se que os Estados/Cidades que mais se encontram editais/seleções possivelmente são os que têm leis ou resoluções próprias. A hipótese é de que existe uma relação entre as cidades que mais produzem conhecimento e possuem legislações próprias, além da lei 13.935/2019. A seguir, apresentamos editais de concursos públicos ou seleções para cargo de assistente social na educação básica, com a finalidade de brevemente analisá-los.

Concurso Público/ Processo Seletivo Simplificado	Estado/cidade	Cargo
Edital N° 31, de 30 de junho de 2022	Distrito Federal /DF	Gestor em políticas públicas e gestão educacional – serviço social Secretaria de educação
Concurso Público Edital N° 001/2021	Arceburgo/ MG	Assistente Social Prefeitura
Concurso Público Edital N° 1 - See/Pe - Analista e Assistente, de 19 De Julho De 2022	Pernambuco	Analista em gestão educacional - especialidade: serviço social Secretaria de Educação e Esporte
Edital SEE N° 02, de 19 de janeiro de 2022 (Seleção)	Minas Gerais	Analista de Educação Básica - AEB, na função de Assistente Social. Secretaria de Educação
EDITAL N° 01/2024	Cedro/ Ceará	Assistente Social Secretaria Municipal de Educação

Tabela 9: Seleções e Concursos para o Serviço Social na Educação básica
Fonte: CFESS - Observatório Participativo do Serviço Social na Educação Básica

Nesses concursos/seleções os salários variam entre R\$2.347,84 até R\$3.236,44. No que diz respeito aos horários variam entre 30hs e 40hrs, cabe

destacar a Lei 12.317/10 que assegura ao assistente social a jornada de 30 horas semanais. Ao analisar os editais de concursos públicos, percebe-se um conjunto de cargos genéricos que podem ou não ser ocupados por assistentes sociais, como: analistas, técnicos, especialistas etc. Essas nomenclaturas devem ser problematizadas para que a resolução do CFESS nº 572, publicada em 2010, seja cumprida pelas instituições empregadoras e pelos(as) profissionais.

Para Adiliane Silva e Priscilla Barros (2019), o conhecimento da identidade profissional, a partir tanto dos aspectos históricos que constituem o Serviço Social, quanto do cumprimento das legislações e resoluções próprias, esse conhecimento é importante para enfrentar os dilemas causados pelos cargos genéricos. Segundo as autoras, estes cargos são consequência das metamorfoses do mundo do trabalho no avanço do neoliberalismo, especialmente, nos retrocessos pós golpe 2017.

Esta manobra de não identificar a categoria profissional por meio dos cargos genéricos requisitados para o desempenho da atividade profissional delimitada no âmbito prático, mas diluído no plano formal contribui ainda para a consolidação de contratos de trabalho sem a devida segurança jurídica ofertada por uma profissão com amplo arcabouço legal como o Serviço Social e obstaculizando a organização política e sindical dos(as) trabalhadores(as). (Silva e Barros, 2019, p.12)

Portanto, é uma expressão das determinações do trabalho na contemporaneidade e que carecem de enfrentamentos realizados pelo coletivo da profissão, especialmente, pelas fiscalizações e formações realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entende-se que a educação, enquanto busca incansável pelo conhecimento, tem um papel transformador na formação humana, por isto, não pode ser dissociada do trabalho que é inerente ao ser social. Assim, a partir da perspectiva crítica, as categorias trabalho e educação se desenvolvem simultaneamente, pois na medida em que a humanidade transforma a si e a natureza, este é um ato educativo, passado a cada geração que se forma.

Este trabalho teve como objetivo identificar e refletir as dinâmicas e os desafios da inserção de assistentes sociais na educação básica e pública brasileira. A partir disso, foi exposta a trajetória histórica tanto da educação quanto do Serviço Social, tendo em vista a conquista da lei 13.935/2019 que insere assistentes sociais nas redes educacionais.

Assim, os resultados obtidos respondem à indagação proposta pela pesquisa, pois cada vez mais tem-se inserido o Serviço Social na educação básica, além disso, do ponto de vista teórico-metodológico, tem sido desenvolvido pela categoria pesquisas sobre essa inserção profissional desde o início do século XXI até a publicação da lei 13.935/2019. Cabe destacar essa lei enquanto resultado da organização profissional de um conjunto de assistentes sociais e psicólogos comprometidos com uma educação pública, de qualidade, integral, universal e inclusiva.

A partir da aproximação com as principais produções de conhecimento, foi descoberto que as cidades e estados com legislações próprias que garantam a inserção de assistentes sociais na educação, são também as que mais tem pesquisas sobre essa temática. Essa hipótese inicial foi respondida no último capítulo desta pesquisa, a partir da exposição das produções científicas, das leis e dos concursos públicos. Todavia, ainda se faz necessário o aprofundamento regional dessas pesquisas, para servirem como subsídios tanto para os(as) profissionais que vão atuar - não só assistentes sociais e psicólogos mas todos os profissionais da educação - quanto para os estados e municípios implementarem leis próprias que possam garantir a inserção.

Tendo em vista a importância de pesquisas municipais e estaduais sobre a inserção profissional, o grupo GEPESS, no ano de 2024 elaborou um questionário sobre a atuação de assistentes sociais na educação básica pública no Brasil, mas

os dados da pesquisa ainda não foram disponibilizados. Estes dados serão de extrema relevância para subsidiar estudos e pesquisas futuras a respeito dessa temática.

Portanto, este trabalho assim como tantos outros que tem sido desenvolvido por estudantes e assistentes sociais contribuem para a expansão da lei 13.935/2019 em todo território brasileiro. Mas para além da luta pela inserção profissional, tem-se a luta por uma educação emancipatória e crítica, na qual seja pensada a articulação entre teoria e prática, entre o trabalho intelectual e manual, pois a dualidade estrutural educacional impede condições igualitárias de acesso e permanência a uma educação pública de qualidade. Por fim, só é possível pensar numa transformação educacional em consonância com uma transformação da própria sociedade e que essa mudança não deve ser realizada apenas por uma categoria profissional, mas pelo conjunto da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel e CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização social e práticas educativas**. Artigo- Universidade Federal do Maranhão, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>

AGÊNCIA SENADO. **Bolsonaro veta atendimento de psicólogo e assistente social nas escolas públicas**. Publicado em 09 de Outubro de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/09/bolsonaro-veta-atendimento-de-psicologo-e-assistente-social-nas-escolas-publicas>. Acesso em: 08 de Setembro de 2024.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2011. Disponível em: <https://editora.ufsc.br/2016/07/05/servio-social-na-educacao-bases-para-o-trabalho-profissional/>

BARROS, Priscilla Cordeiro Cruz de Barros e SILVA, Adiliane Valéria Batista Francelino da. **A Identidade Profissional em xeque: Cargos Genéricos e os Desafios do Serviço Social**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. UFES, Vitória-ES, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23227>. Acesso em 26 de Março de 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 17 de Agosto de 2024.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, RJ: Assembléia Nacional Constituinte. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 01 de Setembro de 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo técnico: **Censo Escolar da Educação Básica de 2023**. Brasília, 22 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 09 de Setembro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 240, p. 1, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em 21 de fevereiro de 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Documento de Subsídios para implementação da lei 13.935/2019**. Grupo de Trabalho instituído pela portaria nº 31, de 21 de junho de 2024, no âmbito da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/inclusao-de-psicologia-e-servico-social-na-educacao-e-debatida/DocumentodeSubsdiosparaaImplementao daLei13.9352019VFinal.pdf>. Acesso em: 13 de Março de 2025.

BRASIL. **Portaria nº 31, de 21 de Junho de 2024**. Institui Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, com a finalidade de coligar e sistematizar subsídios e recomendações para a implementação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica. Diário Oficial da União: Publicado em 25/06/2024 | Edição: 120 | Seção: 1 | Página: 18.

CARVALHO, Soraia de. **Contrarreformas na Educação e lutas estudantis** / Soraia de Carvalho (organizadora), Luana Andrade (ilustradora) – Curitiba : CRV, 2020. Disponível em: https://www.ufpe.br/nudoc/noticias/-/asset_publisher/RTHqaDmhljXf/content/ebook-contrarreformas-na-educacao-e-lutas-estudantis-770016. Acesso em 20 de Março de 2025.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Um breve comparativo entre as LDBs**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 29, 3 de agosto de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-ldbs>

COSTA, R. G. da, & CARRIJO RAFAEL, J. (2021). **QUESTÃO SOCIAL E SUA PARTICULARIDADE NO BRASIL: IMBRICAÇÃO ENTRE PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO**. *Temporalis*, 21(42), 77-93. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36479>. Acesso em: 15 de Março de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de educação**: orientações para regulamentação da Lei no 13.935 - versão 2021 /Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. — 2. ed.— Brasília : CFP , 2022. Acesso em 17 de Agosto de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, junho de 2011. Acesso em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em 7 de Setembro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. [2010]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO>.

pdf. Acesso em: 26 de Janeiro de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Diálogos do Cotidiano** – Assistente Social: Reflexões sobre o Trabalho Profissional. Caderno 4. Brasília, DF: CFESS, 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DERMEVAL, Saviani. **O legado educacional do Regime Militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: 76 V.28 (set/dez 2008) - OS VINTE E UM ANOS DE DITADURA MILITAR NO BRASIL E A EDUCAÇÃO | Cedes. Acesso em: 15 de Janeiro de 2025.

DERMEVAL, Saviani. **Trabalho e educação: fundamentos históricos e ontológicos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 de fevereiro de 2025.

DAROS, Michelli Aparecida. **Particularidades da Questão Social na Educação**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/issue/view/195>. Acesso em: 15 de Março de 2025.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; CERQUEIRA, Adriana Dos Santos Silva; SOUSA, Amanda Vanessa Leite; MENEZES, Bruna Pereira Dos Santos; SANTOS, Juanildes Cruz; GOUVEIA, Maria Victoria Guedes; BRANCO, Mariana Lobo Bahia Castelo Branco E ROSA, Sheila Amaral. **A produção do conhecimento sobre o Serviço Social na Educação no Brasil**: Teses e Dissertações. XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS 11 a 13 de Outubro de 2022. Acesso em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000000631.pdf>

FREITAS, Bruno Peres. **Caminhos do Planejamento**: alternativas de reflexão e ação na contemporaneidade. vol. 5, num. 10. Rio de Janeiro: Cadernos Zygmunt Bauman, 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/4148>. Acesso em 12 de Março de 2025.

FREITAS, Luiz Carlos. **A Reforma Empresarial da Educação**: Nova Direita, velhas ideias. Luiz Carlos de Freitas - 1.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Editora Cortez, 2001. 7a ed.

GUERRA, Yolanda. **A Dimensão Investigativa no Exercício Profissional**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.701-718. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em 24 de Março de 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2017. Acesso em 18 de Outubro de 2024.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514/37966>. Acesso em 15 de Março de 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** [livro eletrônico] : esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. -- São Paulo : Cortez, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan / jul 200). Brasília : Abepss, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em: scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPJjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?lang=pt&format=pdf. Acesso em 20 de Março de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Brasileiro de 2022**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 09 de Setembro de 2024.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da Educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEITE, Edna Xenofonte. Et al. **Materialismo histórico dialético**: Contribuições para a realização da pesquisa científica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 11, Vol. 05, pp. 47-54. Novembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/materialismo-historico>

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **A expansão desigual das ofertas educacionais no Brasil no século 21**. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 99, p. 129-143, maio/ago. 2017.

MARX, Karl (1818-1883) e ENGELS, Friedrich (1820-1895). **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017. Disponível em: https://www.pstu.org.br/FormacaoConteudo/Livros/01_Marx-Engels_Manifesto-Comunista_NOVO.pdf. Acesso em 13 de Outubro de 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Disponível em:

<https://marcosfabionuva.com/wp-content/uploads/2011/08/manuscritos-econc3b4mic-o-filosoc3b3ficos.pdf>. Acesso em 03 de Março de 2025.

MATOS, Maurilio Castros. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zKqHPXTYyTSPvMBrGZnzgjm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de Março de 2025.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil** / Josimeire Medeiros Silveiras de Melo; Coordenação Cassandra Ribeiro Joye, 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 01 de Setembro de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social** : teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 26. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social brasileiro**: profissão e área do conhecimento. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003>. Acesso em 24 de Março de 2025.

NETA, Marina Felisbela da Silva e SANTOS, Rosê Meire Dias. **Conquista do Serviço Social na Educação**: uma discussão sobre a lei 13.935/2019. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/10839/1/Conquista%20do%20servi%C3%A7o%20social%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20uma%20discuss%C3%A3o%20sobre%20a%20lei%2013.935%202019.pdf>

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social** [livro eletrônico] : uma análise do serviço social no Brasil pós 64 / José Paulo Netto. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2017. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/2022-1/disciplinas/servico-social-2/texto-3/Ditadura%20e%20Servico%20Social%20-2017.pdf>. Acesso em 04 de Set de 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social** / José Paulo Netto - 7. ed - São Paulo, Cortez, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-201804131301011456100.pdf>. Acesso em 04 de Março de 2025.

NETTO, José Paulo. **Economia Política** : uma introdução crítica/ José Paulo Netto e Marcelo Braz. - 8.ed. - São Paulo : Cortez, 2012. - (biblioteca Básica de serviço social ; v. 1)

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em debate** / Alejandra Pastorini. São Paulo : Cortez, 2004. - (Coleção Questões da Nossa Época : v. 109)

SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine e LIMA, Rita Lourdes (orgs.). **Crise do Capital e Fundo Público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, Gilvia Vitória Lima. **Serviço Social na Educação nas décadas de 1940-1980**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Recife, 2024. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/59306>.

SILVEIRA, Silvia Regina. **A Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a inserção profissional na política pública de educação no Brasil**: desafios e perspectivas no âmbito do projeto profissional. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7750>. Acesso em 04 de Março de 2025.